

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TIAGO SCHUARTZ DE JESUS

ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL ÀS VITIMAS DO DESASTRE AMBIENTAL DE  
MORRETES (2011): Participação Social para a Gestão de Riscos de Desastres.

Matinhos  
2016

**TIAGO SCHUARTZ DE JESUS**

**ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL ÀS VITIMAS DO DESASTRE AMBIENTAL  
DE MORRETES (2011): Participação Social para a Gestão de Riscos de  
Desastres.**

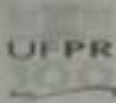
Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
do Setor Litoral da Universidade Federal  
do Paraná como requisito à obtenção do  
grau de Bacharelado em Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Jayson Azevedo  
Marsella de Almeida Pedrosa Vaz  
Guimarães.

Matinhos  
2016

---

## TERMO DE APROVAÇÃO



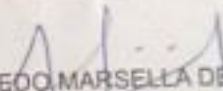
Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor Litoral

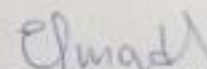
UFPR  
Litoral


### PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora realizaram em 02/12/2016 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de **TIAGO SCHUARTZ DE JESUS**, sob o título *Assistência emergencial a vítimas no desastre ambiental em Morretes/PR (2011): a participação social e a redução de riscos de desastres*, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo o estudante sido Aprovado

Matinhos, 02 de dezembro de 2016.

  
DR. JAYSON AZEVEDO MARSELLA DE ALMEIDA  
PEDROSA VAZ GUIMARÃES  
Orientador

  
DRA. ÉDINA MAYER VERGARA  
Integrante da Banca

  
ANTONIO CARLOS FERNANDES CALHEIROS  
Integrante da Banca

## **DEDICATÓRIA**

A Deus pelo gozo feliz da vida, ao meu eterno pai, à minha amada e fraterna mãe, aos meus 5 irmãos, á minha esposa e ao amigos, que se dispuseram ao estar ao meu lado nesta conquista.

## **AGRADECIMENTOS**

**Aos meus mestres, docentes do curso de Serviço Social, em especial Prof. Dra. Édina M. Vergara e Prof. Dr. Jayson A. M. de A. P. V. Guimarães pelas contribuições e orientações;**

**Aos amigos e colegas de curso, técnicos e demais participantes de minha trajetória nesta instituição.**

**À toda comunidade Morretense, gestão pública municipal e demais organizações envolvidas nas “Águas de Março” de 2011 e que acolheram nossa presença em seus espaços de trabalho e em suas casas e que impulsionaram à necessidade desta pesquisa.**

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso intitulado **ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL ÀS VITIMAS DO DESASTRE AMBIENTAL DE MORRETES (2011): Participação Social para a Gestão de Riscos de Desastres**, buscou, alertar as comunidades e governos locais sobre a importância de buscar a prevenção contra os riscos de desastres ambientais. A pesquisa teve como referencia teórico-metodológica a pesquisa-ação e através de revisão bibliográfica elencou -se as instituições e referencias conceituais em relação as medidas de enfrentamento destas demandas. Utilizando-se da entrevista retratamos a experiência pós-desastre e as diversas implicações sobre as comunidades atingidas por eventos adversos do clima. Para enfrentamento destas demandas propomos a articulação entre as políticas públicas e sociais, categorias profissionais, órgãos e entidades publico/privados e demais interessados na temática, para o avanço das ações de proteção e defesa civil e assim buscar a prevenção, a partir das comunidades, quanto aos riscos de desastres.

**Palavras-chaves:** Serviço Social; Política Social; Política Ambiental; Desastre Ambiental.

## ABSTRACT

The present work of conclusion of course entitled **PRESENCE EMERGENCIAL TO THE VICTIMS OF THE ENVIRONMENTAL DISASTER OF MORRETES (2011): Social Participation for the Management of Risks of Disasters**, search, to alert the communities and local governments on the importance of looking for the prevention against the risks of environmental disasters. The inquiry had how metodologic-referencials the inquiry-action and through bibliographical revision to sing the institutions and referencials you conceptualize in relation the measures to face of these demands. Making use of the interview we show the experience powders disaster and several implications on the communities reached by averse events of the climate. For the face to these demands we propose the articulation between the policies you publish and social, professional categories, organs and I publish / deprive entities and too interested in the theme, for the advancement of the actions of protection and civil defense and so to look for the prevention, from the communities, as for the disasters risks.

**Key words:** Social Work; Social Politics; Ambiental Politics, Environmental Politics; Environmental Disaster.

## **LISTA DE SIGLAS**

**AFC- Avaliação da Formação Complementar**

**CF- Constituição Federal**

**CENAD - Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres**

**ENESSO - Executiva Nacional de Serviço Social**

**ICH- Interação Cultural e Humanística**

**IDH - Índice de Desenvolvimento Humano**

**IPARDES - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**

**Anísio Teixeira**

**LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social**

**MDS - Ministério do Desenvolvimento social**

**MCid - Ministério das Cidades**

**MIN- Ministério da Integração Nacional**

**PA- Projeto de Aprendizagem**

**PNAS - Política Nacional de Assistência Social**

**PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente**

**PNPDC - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil**

**PPC- Serviço Social- Projeto Político do Curso**

**PPP - Projeto Político Pedagógico**

**UNISDR - Estratégia das Nações Unidas para a Redução de Riscos e Desastres**

**ONU - Organização das Nações Unidas**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<b>CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, ACADÊMICA E PROFISSIONAL: Diálogo sobre o autor.....</b>	<b>11</b>
1.1 Contextualização Histórica.....	11
1.2 Contextualização Acadêmica e Profissional.....	19
1.2.1 Trajetória no curso de Serviço Social.....	21
1.3 Águas de Março de 2011.....	24
<b>CAPÍTULO II: MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE: Reflexões e Aproximações de uma Concepção de Direito Social.....</b>	<b>30</b>
2.1 Política Ambiental e a Política Social: apontamentos e reflexões.....	30
2.2 Preservação do Meio Ambiente e os Impactos de Grupos, Famílias em Áreas de Risco de Desastre Ambiental.....	35
2.3 Políticas (Publicas) Sociais voltadas ao Cuidado e Prevenção de Grupos e Famílias em Áreas de Risco .....	37
<b>CAPÍTULO III: DIALOGANDO COM OS SUJEITOS: Vivência e Reflexões das Consequências do Desastre Ambiental, em 2011, Morretes, PR.....</b>	<b>44</b>
3.1 Contextualização.....	44
3.2 Diálogo com os Sujeitos da Pesquisa: caminhos percorridos e alguns diálogos.....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICE I: TERMO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos temos convivido com notícias de diversos eventos naturais ocorrendo e também sobre desastres ambientais interrompendo vidas e trazendo prejuízos humanos e materiais às cidades menos preparadas para enfrentar esses eventos climáticos.

O tsunami no Japão (2011) causado por um Terremoto também concomitou com dias intensos de chuva deixando centenas de feridos e desabrigados com inundações e deslizamentos de terra sobre três principais cidades do litoral do Paraná.

Este trabalho tem o objetivo de elencar as instituições envolvidas nas medidas de ação de resposta a desastres e demonstrar como isso tem sido implementado pelas políticas públicas para a defesa e proteção social. A assistência social, através da proximidade junto ao cotidiano das comunidades pode colaborar com as ações da gestão de riscos de desastres.

A fim de ter mais elementos para a prática profissional e reconhecer medidas de ação profissional frente a estes desastres buscamos o relato de estudantes sobre suas experiências na reabilitação de famílias atingidas da cidade de Morretes.

Não se pretende esgotar o tema, mas trazer elementos fundamentais para a garantia de mínimos sociais, principalmente quanto à dignidade da vida e de direitos elementares das comunidades mais vulneráveis.

## CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, ACADÊMICA E PROFISSIONAL: Diálogo sobre o autor

### 1.1 Contextualizações Históricas

A produção de qualquer sujeito histórico estabelece uma relação com a história de vida do mesmo.

Neste sentido, é importante localizar para os leitores o contexto histórico de onde este autor se constitui.

Inicialmente, a cidade de Guaratuba-PR é a sua origem, isto é, sua cidade natal.

Guaratuba-PR está localizada na porção sul do litoral paranaense, ao norte encontra-se os municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Morretes, no centro Paranaguá e a Leste Pontal do Paraná e Matinhos.

A história de Guaratuba-PR tem uma relação com o início de povoamento no litoral do Paraná. Desse modo, a fim de estabelecer povoação entre as Vilas de Paranaguá-PR e a do Rio São Francisco-SC, delimitando o litoral do Estado, Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, governador da Capitania de São Paulo em meados do ano de 1765, convidou 200 casais a povoarem a Vila, distrito da Vila de Paranaguá, sendo fundada em 29 de abril de 1771.

Ambiente mais que favorável para vida humana como perceberam os portugueses por “*ser porto abundante em peixes, ter uma barra acessível (entrada para a baía), e também as minas de ouro, principal interesse da Coroa Portuguesa*”<sup>1</sup>.

O Nome Guaratuba vem do tupi *wa'ra* (garça, pássaros) e *tuba* (muitos), isto é, formando muitos pássaros, que até muito pouco tempo atrás podia observar existência em abundância na região, espécie atualmente em extinção.

Uma cidade bela, Guaratuba-PR, conta atualmente com 35 mil habitantes (IBGE, 2015). O espaço territorial da cidade de um lado banhada pelo mar, ao longo de seus 22 km de praias e do outro, pela serra do Mar, a

---

<sup>1</sup> Informação retirada do arquivo ‘*Circulo de Estudo Bandeirantes, sob nº 372*’ extraído do arquivo nacional data de 20 de novembro de 1765. (Site Guaratuba. pr.gov.br)

baía e sua majestosa mata Atlântica. Também, compõe o Município de ilhas, rios e lagos, cachoeiras e quedas d'água, parques e reservas naturais.

Guaratuba-PR, cidade situada em região com clima Tropical Super-úmido e temperatura anual variando entre 30° e 15° a, e recebe nas temporadas de verão uma média de 1 milhão de pessoas e cerca de 2,5 mi em todo litoral<sup>2</sup>.

As principais atividades econômicas da cidade é a pesca artesanal, a agricultura e o turismo (de sol e praia). No Bairro Brejatuba, área de colônia de pescadores, é o espaço onde o autor passou maior parte de sua infância e onde reside sua família.

O autor tem uma relação com a cultura caiçara, por ser filho de pescador. Neste sentido ADAMS (2000, p.146) define caiçara:

tem origem no vocábulo Tupi-Guarani caá-içara (Sampaio, 1987), que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores e, mais tarde, para identificar o morador de Cananéia (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1992). Posteriormente, passou a ser o nome dado a todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 1988). (...) refere-se ao caiçara como *pescador*, que depende de sua roça apenas de forma acessória e possui todo um universo voltado para o mar, além de um domínio eficiente das técnicas de pesca e de manejo do ecossistema marítimo. (...) A pesca era uma atividade essencialmente masculina, exceto no caso da pesca da tainha, que se constituía numa forma de pesca coletiva (arrasto de praia) de grande importância para as comunidades caiçaras. O peixe era um alimento básico. Em alguns casos eram criadas galinhas e porcos (ibidem). No Paraná, a troca entre produtos do mar e da roça era comum (Cunha & Rougeulle, 1989; Langowski, s.d.). Em alguns locais, como em Bertioiga (SP), durante o século XVIII, desenvolveu-se a pesca da baleia. A pesca era muitas vezes complementada pela coleta de caranguejos, ostras, moluscos. (...) A praia era o centro da vida caiçara e ponto de articulação com o mundo exterior. O caiçara se distinguia pela praia a cujo grupo pertencia e a solidariedade entre seus membros era importante fator de equilíbrio, mesmo não sendo regulada por nenhuma organização ou instituição. Apesar de a atividade agrícola ser essencialmente individual e familiar, as trocas e empréstimos de produtos, a prestação de serviços e a ajuda nos trabalhos, sob a forma de mutirão, levavam a uma distribuição mais ou menos equitativa dos produtos obtidos nas culturas.

Neste contexto, a solidariedade é um valor ético, que compõe a realidade e o cenário de várias famílias de alguma forma ligada pela

---

<sup>2</sup> Informação retirada: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=87429>

vulnerabilidade social. Entende-se como vulnerabilidade social, segundo Priscila e Jolinda apud Nery (2009, p.147), dentre outras dimensões: “a dos bens materiais, a sócio demográfica, a ambiental e a afetivo-relacional.” Destacam ainda que (Idem)

A vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade: a) físicos – meios para o bem-estar – moradia, bens duráveis, poupança, crédito; b) humanos: trabalho, saúde, educação (capacidade física e qualificação para o trabalho); e c) sociais – redes de reciprocidade, confiança, contatos e acessos à informação

A família do autor é composta por oito pessoas, além de vários agregados que conviveram por algum período.

Na atual política pública e social no país, denomina os novos arranjos familiares, como destaca Szymanski apud Santana et al (2002),

entende família como sendo “uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças e adolescentes”, não levando em conta para isto, a existência de laços consangüíneos ou de parentesco.

Este contexto reafirma a necessidade de uma ampliação na renda familiar, colocando a figura materna em atividades informais, tais como: diarista e ambulante na areia da praia em período de temporada, sazonalidade.

Pode afirmar que as atividades informais, complementaram a renda, porém ocorre a exploração do trabalho, isto é, atividade sem garantias trabalhistas, com condições insalubres e perigosas, que remete a questão social.

Assim, Badaró (2013, p.168) afirma que a questão social em sua

gênese é o conflito capital-trabalho, possui atualmente expressões múltiplas (pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, trabalho precário, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, violação dos direitos das crianças e idosos).

Na infância do autor, o convívio numa realidade de extrema vulnerabilidade, ocasionou fato dos pais terem doado a última filha logo após o nascimento para outra família.

Assim, pode afirmar que neste período a família conviveu com a ausência de políticas públicas sociais.

Neste contexto, a família não recebia nenhum benefício do governo. Estes tipos de benefícios naquele momento tinham uma concepção de assistencialismo, que era desenvolvido pela Primeira Dama, em parceria com a LBA - Legião Brasileira de Assistência. Com ausência de direito, muitas vezes dependia de ajuda de vizinhos e amigos, para necessidades elementares como alimentação, água e vestuário.

Desta forma, Pereira (2007, p.34) afirma que a LBA foi

criada em 1942, organizada em consequência do engajamento do País na Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo era o de prover as necessidades das famílias, cujos chefes haviam sido mobilizados para a guerra. Tal conjuntura favorece sua criação, uma vez que ocorreu significativa queda do poder aquisitivo do proletariado e da pequena burguesia urbana. Mesmo dispondo de técnicos capacitados para a função, o comando da LBA sempre esteve entregue as Primeiras Damas, caracterizando o aspecto filantrópico, de ações clientelistas, conforme os interesses dos governos vigentes, na relação com a política de assistência.

O autor e sua família residiram em casebres por muitos anos, no bairro Brejatuba, terreno conquistado de posse, ocupado por sua avó paterna em meados dos anos 1950.

A vulnerabilidade social e econômica também ocasiona uma relação com o uso de substâncias psicoativas e violência doméstica.

Neste contexto, que os pais do autor passaram a ter um abuso do uso de substâncias psicoativas e atos de violência doméstica. Fatos estes que desencadeou aproximações com o tráfico de entorpecentes em dois de seus irmãos, acarretando posteriormente também na privação de liberdade de outros membros de sua família.

O convívio de membros da família com tráfico teve também consequências de violência, ocasionando a perda de liberdade de alguns e para outro a perda da mobilidade (cadeirante).

O contexto da vulnerabilidade social, somado ao uso de substâncias psicoativas, ocasiona no Brasil, motivos de várias sentenças judiciais,

referentes ao abuso e comercialização de entorpecentes conforme afirma Freitas e Santos (2012, p.2) sobre a política nacional sobre drogas:

A problemática do uso de drogas no Brasil se configura como uma das expressões da questão social (...) na contemporaneidade, têm - se buscado desenvolver estratégias que não se atenham a resolver as situações geradas pelo uso de drogas (dependência química, vulnerabilidade social, envolvimento em práticas ilegais), mas se antecipem ao implementar ações que tenham como finalidade principal a prevenção ao uso.

A realidade do sistema prisional agravada pela exposição do sujeito com o uso de substâncias psicoativas, ocasionam o agravamento de vulnerabilidade, principalmente em relação a saúde, fato que algum membro da família do autor passou a ser portador do HIV, agravado também posteriormente pelo uso do CRACK, desenvolveu uma tuberculose, vindo a óbito em 2011.

Na atualidade, o contexto familiar, teve algumas alterações provenientes do acesso às políticas públicas sociais, tais como: BPC, maior acesso à educação básica e ensino superior, aos programas bolsa família e programa do leite.

A formação do autor teve uma relação com carreira religiosa, vindo a cursar o primeiro ano de filosofia na PUCPR, além do envolvimento com pastorais e movimentos da igreja católica, participando em grupo de crianças e jovens e em ações sociais.

Na década de 1990, é o nascimento do autor, e neste período destacam-se alguns processos históricos, sociais e políticos no Brasil:

No âmbito da política nacional e internacional:

- Em 1988, ocorre a promulgação da Constituição Brasileira, após anos de ditadura militar, foi um marco fundamental para a garantia dos direitos sociais e políticos;
- Em 1990 ocorre a reunificação da Alemanha;
- Em 31 de dezembro de 1991, a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) deixa de existir;
- Em 25 de setembro de 1992, o Congresso Nacional aprova o impeachment do presidente Fernando Collor. Assume o vice-presidente Itamar Franco;

- Em junho de 1992, ocorre no Rio de Janeiro, a ECO 92; Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; o texto da convenção foi assinado e ratificado por 175 países, reconhecendo a necessidade de um esforço global para o enfrentamento das questões climáticas;
- Em 20 de janeiro de 1993, toma posse Bill Clinton como 42º presidente dos Estados Unidos.
- Em 21 de abril de 1993, é realizado no Brasil o plebiscito sobre sistema de governo. Ganhou a República Presidencialista;
- Em 9 de fevereiro de 1994, Nelson Mandela torna-se o primeiro presidente negro da África do Sul;
- Em 1 de janeiro de 1995, toma posse como presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso;
- Em 1988, ocorre a visita histórica do papa João Paulo II à Cuba.

No âmbito da ciência e tecnologia:

- Em 1991 começou a ser comercializada a soja transgênica (modificada geneticamente);
- Em 5 de setembro de 1995, a França faz testes nucleares no atol de Mururoa;
- Em 5 de julho de 1995 é realizado o primeiro processo de clonagem de um mamífero (ovelha Dolly);
- Após sua criação em 1995, é lançado no mercado o primeiro DVD no ano de 1997.

No âmbito das guerras, golpes militares, revoluções e conflitos:

- Em 17 de janeiro de 1991, as forças armadas dos Estados Unidos invadem, com apoio de outros países, o Iraque. Começam as operações militares da Guerra do Golfo em território iraquiano;
- Em 1999, começa a Guerra do Kosovo no leste europeu.

No âmbito da política social:

- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90);
- Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 9.742/93);
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96);

- Lei que institui o Sistema Único de Saúde (Lei 9.090/97);

No âmbito da economia:

- Em 1993, entrou em vigor o tratado que instituiu a União Européia;
- Em 1 de janeiro de 1994, o NAFTA entra em funcionamento;
- Em 1 de julho de 1994 tem início o Plano Real, criado para diminuir e controlar a inflação no Brasil;
- Em 6 de maio de 1997 é leiloadada a maior empresa de minério do Brasil, a Vale do Rio Doce;
- Em 1 de janeiro de 1999, o Euro passa a circular em 11 países da União Européia.

No âmbito da música e dos esportes:

- Em 19 de janeiro de 1991 começa a segunda edição do festival musical Rock in Rio;
- Em 2 de março de 1995, morrem, num acidente aéreo, todos os integrantes do grupo musical Mamonas Assassinas;
- Em 20 de outubro de 1991, Ayrton Senna conquista o tricampeonato mundial de Fórmula 1;
- Em 1 de maio de 1994 (domingo) faleceu o piloto de fórmula 1 brasileiro Ayrton Senna, durante uma prova em Imola (Itália);
- Em julho de 1994, ocorre a Copa do Mundo de Futebol nos Estados Unidos e o Brasil torna-se tetracampeão.

No âmbito da profissão de serviço social:

- Lei de regulamentação da profissão (n.º 8.662 de 07/06/1993), a qual estabelece as atribuições e competências do exercício profissional de Serviço Social, bem como as atribuições dos Conselhos profissionais em âmbito federal e estadual;
- Código de ética profissional (Resolução CFESS n.º 290/94, publicada no DOU em 11/02/1994);
- Diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (1996);

O contexto familiar e social do autor e de sua família apresentado traz elementos que demonstram fragilidades e vulnerabilidades que não foram garantidas pelas políticas sociais.

Neste sentido, os direitos sociais elementares que trata na Constituição Federal, em seu

“Art. 6º, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança pública, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância e a assistência aos desamparados (...)”

Assim, estes direitos sociais, não são efetivados na região do Litoral do Paraná, muitas vezes pelas justificativas da escassez de trabalho e renda, principalmente na baixa temporada ou em funções mal remuneradas e/ou insalubres no período de verão, tendo como conseqüências pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, sem acesso a saneamento básico e demais direitos elementares, com pouca perspectiva para grande parte da população.

Em um estado com 399 Municípios, a maior parte das cidades litorâneas encontra-se com baixos IDH's (Índice de Desenvolvimento Humano), conforme constata o Ipardes em seus indicadores, com destaque para a cidade de Guaraqueçaba, com um dos índices mais baixos do estado:

Tabela: **Cenário de Índices de Indicadores Sociais no Litoral**

IDH (2010)	IDH-M	Dimensão Educação	Dimensão Longevidade	Dimensão Renda	Ranking no Estado
<b>Guaratuba</b>	0,717	0,737	0,604	0,828	144
<b>Matinhos</b>	0,743	0,662	0,834	0,743	48
<b>Pontal do Paraná</b>	0,738	0,655	0,831	0,737	62
<b>Paranaguá</b>	0,750	0,676	0,852	0,733	32
<b>Morretes</b>	0,686	0,544	0,837	0,710	285
<b>Antonina</b>	0,687	0,564	0,838	0,686	277
<b>Guaraqueçaba</b>	0,587	0,434	0,792	0,587	396

Fonte: Ipardes- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ - 1991/2000/2010

Percebe-se que o processo político das últimas duas décadas no Brasil desenvolveu-se amplamente, impulsionado pela globalização, pelo

avanço tecnológico e da informação, considerando os limites de um sistema de produção capitalista, e, pode-se inferir, que as políticas públicas e sociais nesta época, teve uma margem crescente considerável das pessoas que viviam em situação de miséria e de vulnerabilidade social no acesso aos direitos sociais e à superação de sua situação, porém observa-se que ainda tem muito a ser desenvolvido pelos gestores dos municípios do Litoral para reverter os índices baixos conforme apresentados acima.

Assim, o assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

## **1.2 Contextualizações Acadêmicas e Profissionais**

Em 2009 o autor inicia seus estudos na UFPR Litoral, este ingresso só foi possível pela política de ingresso nesta instituição que teve como foco até 2013 os moradores da região do Litoral, além da adesão da instituição ao programa de Cota Social. Este programa de cotas efetivou o direito dos candidatos de baixa renda e que concluíram integralmente o ensino básico e fundamental em escolas públicas no ingresso ao ensino superior, de modo a agregar pontos na classificação do vestibular.

O Setor Litoral da UFPR foi instalado em Matinhos, no ano de 2005 e com uma proposta pedagógica diferenciada, isto é, baseada em projetos e desenvolvida junto às comunidades locais.

Neste contexto, o Setor Litoral da UFPR “busca cooperar para o desenvolvimento científico, econômico, ecológico e cultural para a construção de um novo ciclo de desenvolvimento regional,” (PPP - Projeto Político Pedagógico (2009, p.1).

A Proposta Pedagógica do Setor Litoral tem por objetivo:

a união da pesquisa, da extensão e do ensino desde o início do curso, contribuindo para uma aprendizagem associada à realidade da região onde estará localizado o Campus Litoral, situando o aluno nas questões sociais vividas pela população daquela região, bem como unindo a teoria e a prática da profissão nas diversas ações didáticas planejadas pela equipe docente, e preparando o aluno para a pesquisa científica de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, ao

mesmo tempo em que preparará profissionais com formação política, filosófica e humana, capazes de **atuarem nas situações concretas** preconizadas pela sociedade globalizada. (grifo do autor)

Neste sentido o PPP, apresenta uma grade curricular moderna, que se divide e se articula

em três grandes fases: 1- conhecer e compreender; 2- compreender e propor e, 3- propor e agir. Essas fases temporais são desenvolvidas dentro de três grandes módulos que dialeticamente se constituem e organizam todos os cursos. O primeiro módulo é constituído por Projetos de Aprendizagem (PA), o segundo formado pelas Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e o terceiro módulo organizado pelos Fundamentos Teórico-práticos (FTP). (idem)

Esta articulação pedagógica vai ao encontro com a realidade do autor e dos estudantes do Setor Litoral, uma vez que a maioria dos mesmos estudaram em escola pública.

O projeto da universidade colabora muito para o engajamento do profissional, pela dinâmica da grade curricular como as atividades de reconhecimento do Litoral articulado com os espaços pedagógicos FTP's, ICH's e PA's com a possibilidade de desenvolver interdisciplinarmente ações na comunidade, com a comunidade e para a comunidade local, visando “contribuir decisivamente para o desenvolvimento científico, econômico, ecológico e cultural” da região. (idem)

Nessa direção,

defende-se a construção coletiva de um projeto político pedagógico emancipatório com a centralidade no combate da resignação e da naturalização do sofrimento e exclusão social, a partir da leitura crítica da realidade que se constitui como o ponto de partida e de retorno para a construção e reconstrução do conhecimento. Portanto, ao definir o papel social da universidade como agente fomentador de leitura crítica da realidade e, fundado nela construir conhecimentos que viabilizem a intervenção nessa realidade e possibilitem a construção de novas teorias, a Universidade e seus atores se vêm impelidos a construir um Projeto Político- Pedagógico a partir de um paradigma social que assume a técnica como suporte e não mais como definidora da formação.

Logo, a estratégia desta proposta

é a construção e apropriação de um “conhecimento sistemático da realidade, mediante um tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual” (Santos (2006).

Portanto, o Setor Litoral se propõe a formar profissionais comprometidos com a realidade e desenvolvimento local, das 7 cidades do litoral e Vale do Ribeira, proporcionando uma educação inclusiva, acessível, buscando “preparar profissionais com formação política, filosófica e humana, capazes de atuarem nas situações concretas preconizadas pela sociedade globalizada”. (Site Litoral.ufpr.br- acessado em 28/06/2016)

### 1.2.1 Trajetória no curso de Serviço Social

O autor iniciou o curso de Serviço Social, visto que esta profissão no Brasil é definida por Piana (2009, p.85)

uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, realiza sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública e privada. Neste sentido, desenvolve atividades na abordagem direta da população que procura as instituições e o trabalho do profissional e por meio da pesquisa, da administração, do planejamento, da supervisão, da consultoria, da gestão de políticas, de programas e de serviços sociais.(...) Esse profissional busca a inclusão social e a participação das classes subalternas, por meio de formas alternativas e estratégicas de ação. Pois procura conhecer a realidade em que atua e possui compromisso ético com a classe trabalhadora e com a qualidade dos serviços prestados.

Neste sentido, que a escolha da profissão foi motivada, visto que o curso de Serviço Social tem uma formação voltada para compreender e atuar nas demandas oriundas das relações sociais seja no âmbito de atividades coletivas com a comunidade, no trabalho com famílias, grupos e indivíduos, e também da luta contra todo tipo de injustiça social.

O Curso de Serviço Social da UFPR Litoral, propõe

Formar profissionais de Serviço Social habilitados a investigar e intervir na realidade social, considerando as dimensões históricas, políticas, econômicas, culturais e **ambientais** e as particularidades sócio-espaciais das coletividades, na perspectiva interdisciplinar e fundamentando-se nos referenciais teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos do Serviço Social. (PPC, 2010, p. 23)

Neste sentido, a formação é aparada por alguns objetivos específicos como (idem, p. 23):

propiciar aos estudantes e professores, **o conhecimento e compreensão das múltiplas expressões da questão social, numa perspectiva interdisciplinar, visando propor ações para seu**

**enfrentamento**, tendo como referência para a aprendizagem a realidade do Litoral paranaense; Desenvolver o senso teórico-crítico e a capacidade de **reconhecimento das transformações sociais que permeiam o mundo globalizado, assim como identificar as desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista e suas determinações nas realidades locais**; Formar profissionais de Serviço Social capazes de identificar demandas locais e nelas **atuar com uma visão de totalidade** dos processos sociais; Subsidiar os estudantes de Serviço Social no desenvolvimento de habilidades para **conceber, planejar, executar, administrar e avaliar políticas e serviços sociais**, para realizar estudos sócioeconômicos, assim como **prestar assessoria e consultoria** a órgãos da administração pública, empresas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Dar ênfase à formação ético-política dos estudantes de Serviço Social, na perspectiva do **compromisso com o fortalecimento da participação popular, do controle social e da garantia de direitos civis, políticos e sociais da coletividade**.

Proporcionar a vivência prática dos estudantes nos processos sociais, por meio dos Projetos de Aprendizagem, das Atividades Formativas Complementares e do Estágio Supervisionado. Subsidiar a construção de conhecimentos pelos sujeitos do curso, nos vários momentos do curso e em especial na **elaboração do TCC, orientando a produção para temáticas locais/regionais, atendendo ao compromisso da UFPR - Setor Litoral com o desenvolvimento social deste território.**(grifo do autor)

Assim, o curso divide-se em quatro momentos: aprendizagem com os FTP's; vivência com os ICH's, vivência com os PA's, e vivência com as AFC; Ademais, a aprendizagem com os FTP's proporcionou a base prática e teórica que fundamenta o exercício da profissão e, impulsionados pelo protagonismo, pode-se desenvolver, ao longo de 2 anos, aproximações com as demandas das comunidades locais.

No tocante com a vivência com os ICH's pode-se vivenciar oficinas e construções coletivas e democratizadas evidenciando a autonomia de estudantes, discentes e comunidade envolvidos.

A vivência com os PA's contribuiu para estimular a pesquisa científica aliado aos temas e demandas sociais locais evidenciando a pobreza e a exclusão social, principalmente nas regiões de difícil acesso como a zona rural.

Já, com a vivência com as AFC pode-se participar de diversas atividades da ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social) como fóruns nacionais na UFPB (Paraíba) e Regional na UFRGS (porto alegre), do FMS- Fórum Mundial Social (Porto Alegre) e também de participar das Feiras de profissão realizadas no setor e também na capital.

O curso teve também a oportunidade de ir ao Tribunal Popular da terra na UFMS (MS- Campo grande) visitando nesta mesma oportunidade um assentamento da reforma agrária no distrito de Terenos.

Nesses eventos pôde-se comparar e vivenciar as questões sociais enfrentadas pelos Estados, da luta dos movimentos e segmentos sociais pela garantia de direitos e justiça social e da organização da categoria, imprescindível para a organização da profissão em nível Nacional, Estadual e Municipal.

Neste período, também pôde-se participar de vivências em projetos de extensão.

Iniciando o curso de serviço social, participei como bolsista do início das atividades com grupo e oficinas do Centro Cultural no ano de 2010, semanalmente auxiliando o grupo de idosos (cerca de 50 usuários) e alunos do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) que desenvolviam atividades naquele espaço, bem como no apoio aos diversos eventos que ocorreram como o Baile da Primavera (2010/2011), Exposições Artísticas e também a mostra de curtas-metragens do DIA (Dia Internacional da Animação) em 2010 e 2011.

Para a permanência na universidade houve também a oportunidade de receber os benefícios oferecidos pelo Programa de acesso e apoio à permanência estudantil.

Esta oportunidade de poder manter-se na cidade pagando aluguel com a Bolsa Moradia (R\$ 280), Bolsa Permanência (R\$ 300) e ainda da Bolsa Alimentação (isenção do Restaurante Universitário) foram fatores decisivos para poder participar dos mais variados eventos e viagens, dentro e fora da universidade, principalmente no ano de 2010 quando havia completado 1 ano de curso, e que, apesar da ausência de alguns alunos, foi muito proveitoso para muitos alunos que tinham mais tempo e oportunidade de participar destas vivências.

Os limites e potencialidades encontrados nesta trajetória de formação e vivências demonstra a importância da valorização da educação e dos indivíduos de nossa região, que, historicamente esquecidos pelas políticas públicas, têm a oportunidade de desfrutar de experiências e oportunidades para a formação profissional e pessoal e também da importância e necessidade do exercício profissional em nossa região, lutando pela categoria mas, também, por aqueles que dependem diretamente da política de Assistência e principalmente no avanço do acesso e garantia de direitos aos cidadãos, principalmente indivíduos, pessoas e famílias à margem das cidades como também do campo.

Deste modo, cursar uma graduação, principalmente em uma universidade federal é, sem dúvida, um desafio para a maior parte da população de nosso país, principalmente para a classe mais baixa.

Assim, o estudante formado por esta perspectiva de desenvolvimento local poderá contribuir para sua comunidade, com os habitantes de sua região, difundindo e compartilhando saberes de modo a buscar alternativas que vêm ao encontro das demandas e necessidades locais.

Adiante, traçamos a trajetória do autor e da turma de Serviço Social de 2009 no acompanhamento às famílias atingidas pelas enchentes ocorridas no litoral do PR no ano de 2011.

### **1.3 Águas de Março de 2011**

Em 2011, as atividades acadêmicas foram voltadas para o episódio do desastre ambiental no Litoral do Paraná, principalmente na cidade de Morretes.

Neste contexto, foram vivenciados 20 dias consecutivos de chuvas, que culminou com outros fatores como a Lua cheia e, paralelamente, com um tremor sísmico no Japão que ocasionou um tsunami devastador naquela região. Este desastre chocou o mundo que acompanhou pela tv imagens catastróficas.

Naquela mesma semana do dia 11 de março, o litoral e algumas cidades da região metropolitana de Curitiba foram assolados, e em situação de isolamento por dias. Também, ocorreram perdas e danos em casas, plantações e as vias dos trechos de BR's (277 PR/SP e 376 PR/SC) e diversas pontes que foram levadas pela enxurrada, conforme registrou a imprensa (Fonte: [g1.globo.com](http://g1.globo.com) e [noticiasuol.com.br](http://noticiasuol.com.br))

Entre o dia 11 de março de 2011 e a manhã do dia 13 de março de 2011 ocorreram chuvas bastante intensas em parte dos Estados de SC e do PR, que acarretaram em acumulados significativos. Esta chuva levou pessoas à morte, trouxe muitos transtornos e prejuízos à população e deixou muitas desabrigadas. No litoral do Paraná, que foi a região mais afetada, quatro mortes foram confirmadas e duas pessoas estão desaparecidas. A chuva deixou 10 mil desabrigados e em dois municípios o Governador assinou o decreto de calamidade pública (Morretes e Antonina), em Morretes a chuva acumulou 265 mm entre os dias 11/03 e 12/03. Houve destruição de pontes, barreiras nas rodovias, árvores foram carregadas e deixou a serra do mar destruída em vários pontos (fotos).



Estragos provocados pelas chuvas em Antonina, litoral do Paraná (Foto: Walter Alves / Agencia de Noticias Gazeta do Povo)



Ainda, o incidente na cidade de Morretes teve outras consequências, como: 15.178 afetados, 4.656 desalojados, 107 desabrigados, 2 feridos, 1 óbito e 1.214 famílias atingidas conforme dados da defesa civil (foto anexo).

Diante desse contexto, a Turma 2009 do Curso de Serviço Social, estando no módulo de Prática Profissional e lamentando sobre informações drásticas do acontecimento, participou de uma plenária geral mobilizada pela Direção do Setor para posicionamento e proposições de medidas emergenciais de socorro às vítimas das cidades mais atingidas, principalmente da Zona Rural, onde muitas famílias estavam isoladas, com acesso feito somente por helicópteros.

O desespero, a informação desencontrada entre prefeitura e demais instituições que se envolviam e a demora para a chegada de mantimentos angustiava os atingidos e a população em geral.

Quanto às famílias atingidas, numa totalidade de quase 100, do pouco que tinham nada restara, pois fora levado pela enxurrada, principalmente às famílias que residiam nas comunidades Floresta, Sambaqui e Morro Alto.

Estas famílias que, por décadas residiam em meio à Floresta Atlântica, sobreviviam, em sua maioria, do trabalho sazonal na agricultura e pequena agricultura familiar, da pesca e também da caça. No entanto, com a quantidade histórica de precipitação da chuva, o solo ficou encharcado e encoberto por resíduos que descera dos morros - especialmente no bairro Floresta- impedindo o trabalho com a terra e, por conseguinte, sem emprego a estes. A Mineropar, instituição responsável por avaliar o terreno afetado decretou o isolamento do bairro floresta 6 meses após o ocorrido.

Os estudantes do curso de Serviço Social, do Setor Litoral, da UFPR, foram orientados para a escuta qualificada e acolhimento das diversas situações e demandas daquele grupo. Foram divididos os estudantes em duplas para acompanhar 13 famílias do bairro Floresta e Sambaqui que estavam abrigadas no centro da cidade.

Um grupo misto, com alguns analfabetos e outros com o fundamental, entre estes: crianças, idosos, mulheres, enfermos (1 com hanseníase, 1 intoxicado por inseticida), 1 obesa e ainda uma pessoa com deficiência.

Com estas ações foram levantadas demandas e potencialidades de superação emocional, econômica e social daquele momento delicado e triste.

Neste sentido, aponta-se que a perda dos bens, principalmente da casa, e da propriedade rural que trabalhavam, foram impactantes, tanto quanto a saída do território onde habitavam.

Este contexto vivenciado pelos estudantes, na imersão desta realidade vivida pelas famílias em um contexto trágico de desastre ambiental trouxe à tona regiões que historicamente foram esquecidas pelo governo municipal e ainda apresentam grandes fragilidades socioeconômicas.

A Prefeitura de Morretes, celebrou convênio com a UFPR possibilitando a 8 estudantes estagiarem na secretaria da Assistência Social para desenvolver atividades com estas famílias atingidas pelo desastre.

O autor, juntamente com outra estudante, foi designado ao CRAS, Centro de referência de Assistência Social, no Centro de Morretes, com o objetivo de acompanhar as famílias que estavam abrigadas e buscar condições objetivas de enfrentamento da situação.

O CRAS foi inaugurado ao término de 2011 e contava apenas com uma Assistente Social e uma Psicóloga. Conforme MDS (2015, p.7) define que

as ações de proteção social básica organizam-se em torno do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma unidade pública estatal e descentralizada da Política de Assistência Social. Cabem aos CRAS duas funções exclusivas: gestão territorial e execução do PAIF. A gestão territorial responde à diretriz de descentralização político-administrativa e tem por objetivo atuar preventivamente. Ao disponibilizar as ofertas e concretizar o referencialmente dos serviços ao CRAS, este se torna uma referência para a população local e para os serviços setoriais. A gestão territorial demanda do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas e a coordenação da acolhida, inserção, encaminhamento e acompanhamento dos usuários. Portanto, a rede socioassistencial deverá ser organizada por meio de uma oferta integrada de serviços, programas, projetos e benefícios, a fim de cobrir riscos e vulnerabilidades

Neste sentido, entende-se por Proteção Social Básica (PNAS, p. 33) como,

objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Neste contexto, a história do CRAS de Morretes, PR, iniciou com atividades direcionadas às famílias atingidas pelo desastre ambiental. Assim, o principal objetivo naquele momento era mediar às relações desencadeadas pelo desastre, buscar a articulação entre às famílias/poder público, e de minimamente, apoiar as iniciativas através de alternativas de trabalho e renda.

Neste período realizaram-se inúmeras reuniões com as famílias atingidas (desabrigados), audiências públicas, encontros na casa de familiares (desalojados) e visitas domiciliares com o objetivo de articular entre as instituições mecanismos de assistência às vítimas, em meio a um desastre da gestão pública que estava despreparada para atuar no episódio.

A secretaria de meio ambiente cedeu um espaço para revitalização de um antigo viveiro de plantas onde se organizou vários mutirões, como iniciativa de produzir e vender mudas e plantas ornamentais.

Em meados daquele ano muitos, sem perspectivas de emprego, retornaram a zona rural pela falta de emprego e por condições de moradia. Buscamos o Auxílio-Moradia, mas somente uma família teve acesso quase 1 ano após o incidente.

Ao final de 2011 a equipe foi contemplada com um edital da SETI (Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação) no valor de 400 mil distribuídos em 5 projetos de geração de trabalho e renda no valor de 80 mil cada. Entre eles encontrava-se: Plantio de mudas nativas e Fitoterápicas, Artesanato feito-a-mão, Entalhe em madeira, meliponário de abelhas nativas e produção de tijolos ecológicos; infelizmente nenhum recurso chegou até o momento.

No dia 15 de junho, Dia Nacional do Meio Ambiente foi realizado no Setor Litoral, o I “FOCO” (Fórum das Comunidades do Litoral) onde participaram 290 pessoas das cidades de Morretes, Guaratuba, Paranaguá e Antonina onde ao término foi encaminhada uma carta de reivindicações e intenções aos órgãos competentes como o Ministério Público e gestores municipais. Neste evento foi divulgado o documentário elaborado pelo Labmóvel chamado “Quem Acordou o Dragão”, evidenciando o processo de transformações decorrentes das chuvas no dia 11 de março de 2011 na região do litoral do Paraná, e retratou “as dificuldades, a precária situação política e investigando a explicação científica do fenômeno.”

Na mesma data de 2012 realizou-se o mesmo evento, juntamente com a Pré-Conferência da Educação do Campo.

Ao término deste ano, 35 famílias receberam a casa construída pela COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) em um conjunto habitacional, no bairro “das Palmeiras”, localizado na entrada urbana do município. Estas casas foram construídas sobre um banhado que ali existia e traçado, ao fundo, pela linha Férrea. Meses antes da entrega destas casas já havia rachaduras em algumas unidades.

Neste momento nos detivemos a acompanhar estes moradores e as situações resultantes deste processo de mudança de território (desterritorialização), buscando manter o grupo unido e dialogando sobre as situações e demandas encontradas.

Posteriormente, mais 54 famílias foram beneficiadas com as unidades habitacionais.

O grupo de estagiários teve muita liberdade de exercer suas propostas de ações sendo muito bem acolhidos, tanto pelos servidores municipais quanto pela comunidade relacionada ao evento.

No entanto, alguns pontos foram cruciais na execução das ações naquele período: o transporte institucional, a relação com o executivo (que interrompeu alguns processos de estágio e iniciativas) e ainda a interrupção dos trabalhos pela sazonalidade dos períodos de maior comércio e oportunidades de emprego no Litoral.

No entanto, o protagonismo, a autonomia, o planejamento e o compromisso social, inclusive após 2013, foram fundamentais para a coesão do grupo na luta por mais dignidade daqueles que, historicamente, estavam esquecidos. Muitas outras atividades resultaram desta experiência em campo, formando em 2014 o “Coletivo Águas de Março”.

Ainda no ano de 2011 o autor prestou concurso público para a cidade de Matinhos, PR, para a vaga de Educador Social e assumiu no início de 2016. Após três semanas no PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) do Município, foi designado ao CRAS Albatroz, onde exerce as atividades de recepção (acolhida), acompanhamento e vigilância social do PAIF e no trabalho com grupos e famílias dentro do SCFV (serviço de convivência e fortalecimento de vínculos).

A função de educador social ainda é recente no poder público, sendo decretado somente em 2011 e o profissional ainda busca se adaptar nos espaços de trabalho e demandas do cotidiano.

Inicialmente esta função buscou, de certa forma, humanizar o atendimento em situações de medida socioeducativa em nosso estado junto aos “Educandários”, junto as populações em situação de rua, e, aos poucos, está se direcionando para outros setores e políticas sociais.

No Município de Matinhos, desenvolve-se a função junto a Casa Lar Municipal, no CREAS, nos dois CRAS existentes e também no órgão gestor. Este cargo vem complementar algumas lacunas tanto da educação como da assistência social, principalmente na acolhida ao usuário, tendo uma relação mais próxima com as condições e situações vivenciadas por cada território (mapeamento socioterritorial), suas demandas e necessidades por meio do acompanhamento familiar (PAIF), através do fortalecimento de vínculos sociais

e comunitários (SCFV), na proposição de oficinas e atividades recreativas, lúdicas e culturais, direcionado a cada público-alvo, seja para mães, crianças, infanto-juvenil e/ou idosos. Logo, o educador social também é um agente de orientação comunitária, um facilitador do acesso a direitos sociais adquiridos.

Assim sendo, o Educador Social, através do CRAS, tem proximidade com a realidade vivenciada pelas comunidades e suas demandas sociais, na busca por superar as vulnerabilidades e risco do território no acesso a direitos sociais garantidos.

## **CAPÍTULO II: MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE: Reflexões e Aproximações de uma Concepção de Direito Social**

### **2.1 Política Ambiental e a Política Social: apontamentos e reflexões**

Desde os primórdios da civilização humana o homem depende da natureza para sua sobrevivência e reprodução. Da floresta, da terra, das águas dos rios e do mar, é que as primeiras civilizações retiravam seus sustentos através da caça, da pesca, do extrativismo que serviram e ainda servem como meio de trabalho e renda, principalmente às populações tradicionais de nosso país, como os indígenas, ribeirinhos, camponeses e povos da mata.

Porém, homem e meio ambiente se relacionavam harmonicamente com os recursos naturais disponíveis, suficiente para as necessidades básicas de sua reprodução.

No entanto, com a crescente globalização a partir do sec. XIX, o avanço no desenvolvimento industrial e tecnológico, alto crescimento da população mundial, o êxodo rural e crescimento urbano desordenado, entre outros fatores, obrigou a muitas famílias (em sua maioria de pobres e negros) a residirem em espaços urbanos ou rurais com pouca ou nenhuma infraestrutura e segurança pública. Assim, a população mundial da segunda metade do sec. XIX salta de 2 bi para mais de 6,7 bi em 2008.

Nas últimas décadas podemos observar as mudanças em nosso clima e os efeitos adversos na sociedade, atingindo com maior abrangência nas populações mais pobres conforme indicado por documento da ONU para redução de riscos de desastres ambientais e tecnológicos.

O desastre de Chernobyl (1989), o Tsunami da Tailândia (2004) e do Japão (2005) somado ao desastre deste ano em Mariana(MG) registram os maiores desastres registrados na história (inclusive do Brasil).

Espetacularizado momentaneamente pela mídia e posteriormente esquecido pelos governos locais, estes registros demonstram a importância de compreendermos as mudanças no meio ambiente, de como as instituições estão se relacionando com o tema de desastres e como buscar caminhos de redução de danos e perdas humanas e sociais.

Em 1988, Organização das Nações Unidas (ONU), através do programa das Nações Unidas para o meio Ambiente, cria o IPCC (Painel Intergovernamental das mudanças climáticas) a fim de estudar os fenômenos ligados as mudanças climáticas e, através de 2.5 mil cientistas de diversos países, afirma que há 95% da certeza científica que as alterações climáticas são causadas pela atividade humana.

A ONU busca, desde 1972, em Estocolmo, na Suécia, na Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente, a articulação global frente às mudanças climáticas e prevenção de desastres. Junto aos 113 países-membros signatários, ONGs e comunidade científica; incentivou a comunidade internacional no sentido de pensar a defesa do meio ambiente, da sociedade e os impactos antrópicos (exploração e degradação humana) em nosso planeta,

a Conferência foi marcada pelo confronto entre as perspectivas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos estavam preocupados com os efeitos da devastação ambiental sobre a Terra, propondo um programa internacional voltado para a Conservação dos recursos naturais e genéticos do planeta, pregando que medidas preventivas teriam que ser encontradas imediatamente, para que se evitasse um grande desastre. Por outro lado, os países em desenvolvimento argumentavam que se encontravam assolados pela miséria, com graves problemas de moradia, saneamento básico, atacados por doenças infecciosas e que necessitavam desenvolver-se economicamente, e rapidamente. (Site Ecclesia.com.br)

Dessa iniciativa, ficaram os países responsáveis por desenvolver estratégias em nível regional (conferência das partes) de desenvolvimento com menor impacto na natureza, determinando reduções de emissões de gás do efeito estufa, proporcionalmente em relação aos países desenvolvidos que mais poluem e degradam, e demais medidas para um desenvolvimento sustentável. Assim,

a Conferência produziu a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, uma declaração de princípios de comportamento e responsabilidade que deveriam governar as decisões concernentes a questões ambientais. Outro resultado formal foi um Plano de Ação que convocava todos os países, os organismos das Nações Unidas, bem como todas as organizações internacionais a cooperarem na busca de soluções para uma série de problemas ambientais. (Idem)

O conceito de desenvolvimento sustentável teve sua consolidação após este encontro onde se definiu a necessidade de redefinir este conceito, ficando a cargo de uma comissão liderada pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro-Brundtland, produzindo em 1987 um relatório chamado “Nosso Futuro Comum”.

O Autor Washington Novaes (2003, p.324), descreve que desenvolvimento sustentável é “aquele capaz de atender às necessidades das atuais gerações sem comprometer os direitos das futuras gerações”.

Para tal, expõe que é indispensável que este conceito inclua outras vertentes:

Ecológica, que leve em consideração as bases físicas, o processo de crescimento e a manutenção dos estoques de capital natural;  
Ambiental, que se preocupe com a manutenção da capacidade de sustentação do ecossistema;  
Social, que leve em conta a qualidade de vida da população e cuide de políticas de redistribuição de renda e universalização do atendimento na área social;  
Política, que se refere ao processo de construção da cidadania e da participação social na gestão;  
Econômica, preocupada com a gestão eficiente dos recursos;  
Demográfica, que se revele os limites da capacidade de suporte do território e de sua base de recursos;  
Cultural, relacionadas com a preservação de cultura e valores;  
Institucional, que cuide de criar e fortalecer engenharias institucionais que considerem o critério de sustentabilidade;  
Espacial, voltada para a busca de equidade nas relações inter-relacionais;

Foi em 1992, na segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro (Rio+92), ficando conhecida como a “Cúpula da Terra”, que surgiu a Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas, um segundo passo em direção a um esforço global em relação ao clima e seus efeitos adversos:

Reconhecendo que a alteração do clima da Terra e os seus efeitos negativos são uma preocupação comum da humanidade;  
Preocupadas por as atividades humanas terem aumentado substancialmente na atmosfera as concentrações de gases com efeito de estufa e pelo fato de esse aumento estar a crescer o efeito de estufa natural, o que irá resultar num aquecimento médio adicional

da superfície da Terra e da atmosfera, podendo afetar adversamente os ecossistemas naturais e a humanidade;

Conhecedoras do papel e importância dos ecossistemas terrestres e marinhos como sumidouros e reservatórios dos gases com efeito de estufa;

Reconhecendo que os passos necessários à compreensão e à resolução dos problemas das mudanças climáticas serão mais eficazes, *de um ponto de vista ambiental, social e econômico*, se basear em considerações científicas, técnicas e econômicas relevantes e continuamente reavaliadas à luz das novas descobertas nestes domínios;

Reconhecendo que diversas ações destinadas a resolver a alteração climática podem ser economicamente justificadas em si mesmas e ajudar a resolver *outros problemas ambientais*;

Reconhecendo ainda que os países com baixa altitude, os formados por pequenas ilhas, países com arcas costeiras baixas, áridas e semi-áridas, ou com arcas sujeitas a inundações, secas ou desertificação, assim como os países em desenvolvimento com ecossistemas montanhosos frágeis, são especialmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas. ( Site Planalto.gov.br)

Neste evento, os 179 países participantes assinaram a Agenda 21

Global, que trata-se de

um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI. A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. (site Min. Meio Ambiente- [mma.gov.br](http://mma.gov.br))

No Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), estabelecida pela Lei 6938 de 1981 atualmente define Meio Ambiente (Art.3º, cap. I) como “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”

Em seus objetivos definidos no Art. 2º:

(...) a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental **propicia à vida**, visando assegurar, no País, condições ao **desenvolvimento socioeconômico**, aos interesses da **segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana**, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da **qualidade ambiental**;
- VIII - recuperação de áreas degradadas; (Regulamento)
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - **educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.** (grifo do autor)

No Art 3º, para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

- (...) II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;
- III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:
  - a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
  - b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
  - c) afetem desfavoravelmente a biota;
  - d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
  - e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;
- IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;
- V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

## **2.2 Preservação do Meio Ambiente e os Impactos de Grupos, Famílias em Áreas de Risco em Desastre Ambiental**

O Brasil com dimensões continentais (8,5 milhões de Km<sup>2</sup>) podemos encontrar diversos biomas no território Brasileiro, bem como a diversidade de formas de relevo, de altitude e de dinâmicas de correntes e massas de ar.

Com mais de 7,4 km de praias, extensa mata atlântica, pantanalense e amazônica, nos encontramos em um dos maiores redutos naturais do globo, se destacando também pela abundância em recursos naturais, como a água, e a importância do cuidado e preservação de toda a riqueza natural do país.



Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais

Com um grande contraste de norte a sul do país, encontramos anualmente diversos eventos climáticos ocorrendo como a seca na região do semi-árido no norte/nordeste, chuvas intensas com alagamentos e inundações no sudeste/sul

Em 2011, mais de mil pessoas morreram no **Brasil** por conta de eventos climáticos extremos e as tragédias custaram aos cofres do país cerca de US\$ 4,7 bilhões. Os dados são do relatório Indicador de Risco Climático Global 2013, da organização alemã Germanwatch, que apontou as 10 nações que mais sofreram com eventos climáticos extremos no último ano por conta das mudanças do clima. Nosso país ocupa a sexta colocação no ranking.

(Fonte: <http://exame.abril.com.br/mundo/brasil-e-6o-pais-afetado-por-eventos-climaticos-extremos> /)

Assim, entende-se o meio ambiente como

um conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em um prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas.

(Fonte: [ebc.com.br](http://ebc.com.br))

Já, sobre desastre, o anuário Brasileiro de desastres naturais, em sua 2ª edição destaca:

desastre é o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios.

A primeira edição deste anuário em 2011, produzida pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), retrata os

principais eventos naturais no país conforme classificado pelo COBRADE (Código Brasileiro de Desastres):

Movimentos de massa	Deslizamentos Corridas de massas- solo/lama Corridas de massa- rocha/detrito Subsidências e colapsos Quedas, tombamentos e rolamentos-blocos Quedas, tombamentos e rolamentos-lascas Quedas, tombamentos e rolamentos-lajes
Erosão	Erosão Costeira-Marinha Erosão de Margem Fluvial Erosão Continental-laminar Erosão Contionental-Ravinas Erosão Continental-Boçorocas
Inundações	
Enxurradas	
Alagamentos	
Ciclones/vendavais	Ciclones-ventos costeiros(Mobilidade de Dunas) Ciclones-marés de Tempestades(Ressacas) Tempestade local/conectiva-vendaval
Tempestade Local/Conectiva- Granizo	
Estiagem/seca	
Onda de frio e geadas	
Incêndio Florestais	

Neste quadro alguns danos materiais e humanos registrado neste período:

EVENTOS	OBITOS	FERIDOS	ENFERMOS	DESABRIGADOS	DESALOJADOS	DESAPARECIDOS	AFETADOS
seca/ estiagem	6	0	14214	30	750	0	8.956.853
incêndio florestal	0	0	0	0	0	0	37.338
movimentos de massa	26	10	2	1.129	2.801	0	123.555
Erosão	0	0	5	81	2.105	0	55.653
Alagamentos	5	6	6	1.048	954	0	24.581
Enxurradas	26	6.580	14.318	49.769	262.851	2	1.856.359
Inundações	14	2408	10.665	52.041	216.349	2	5.185.018
Geadas	0	0	0	0	0	0	30.777
Granizo	0	11	4	4	7.971	1.040	103.265
Tornado	0	2	0	0	20	0	4.310
Vendaval	16	150	13	13	13.220	0	599.905
Total	93	9.168	39.227	39.227	507.021	1.044	16.977.614

Retrata ainda que, historicamente,

a região sul é marcada não somente pela ocorrência de grandes desastres, mas também pela freqüência e variedade de eventos adversos e até pela ocorrência de fenômenos atípicos, como foi o

caso do Furacão Catarina. É freqüentemente afetada por alagamentos, inundações bruscas e graduais, escorregamentos, estiagens, vendavais, tornados, nevoeiros e ressacas. (idem)

Para que se possam minimizar os danos e prejuízos às famílias e comunidades referentes a mudanças do clima e os riscos de desastres, faz-se importante compreendermos de que forma os governos estão se relacionando com esta temática e de que modo estão preparados para atuar nestas situações adversas.

Assim, apresentaremos a seguir alguns pontos fundamentais estabelecidos em nível global e local sobre a preservação do meio ambiente e a prevenção de desastres ambientais.

### **2.3 Políticas (Publicas) Sociais voltadas ao Cuidado e Prevenção de Grupos e Famílias em Áreas de Risco**

O órgão responsável pela proteção e defesa da sociedade, principalmente referente a eventos climáticos extremos é a defesa civil nacional. Anteriormente a defesa civil fazia parte do gabinete da presidência da republica, chefiado pela Casa Militar e recentemente, passou a fazer parte do Ministério da Integração Nacional. Logo, as instituições públicas diretamente envolvidas com eventos climáticos e desastres naturais, atuando na linha de frente nos governos locais, resumem-se em Defesa Civil Nacional, Ministério das Cidades e Forças Armadas (Policiais, Bombeiros). Este órgão está lotado no MIN (Ministério da Integração Nacional) e está sob responsabilidade da Casa Militar e, na maioria dos municípios, tem sua sede junto ao Corpo de Bombeiros local ou regional.

A defesa civil materializa suas ações, de modo descentralizado e participativo, através do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINCDEC que

é constituído por órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e por entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil, sob a centralização da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, órgão do Ministério da Integração Nacional.

Este sistema é composto pelos seguintes órgãos:

Órgão consultivo, Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil -  
CONPDEC;

Órgão central, União representada pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, responsável por coordenar o planejamento, articulação e execução dos programas, projetos e ações de proteção e defesa civil;

Órgãos estaduais e do Distrito Federal de proteção e defesa civil e suas respectivas regionais responsáveis pela articulação, coordenação e execução do SINPDEC em nível estadual;

Órgãos municipais de proteção e defesa civil e suas respectivas regionais responsáveis pela articulação, coordenação e execução do SINPDEC em nível municipal;

Órgãos setoriais, dos três âmbitos de governo, abrangem os órgãos envolvidos nas ações de Proteção e Defesa Civil.

O SINPDEC poderá mobilizar a sociedade civil para atuar em situação de emergência ou estado de calamidade pública, coordenando o apoio logístico para o desenvolvimento das ações de proteção e defesa civil.

Cabe ao SINPDEC a implementação da doutrina estabelecida na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

No Decreto n. 7.257 (10/12/2010) constam outros órgãos da gestão pública que compõem este sistema:

Ministério da Integração Nacional, que o coordena; Casa Civil da Presidência da República;

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Ministério da Defesa;

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério das Cidades;

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

Ministério da Saúde;

Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; Estados e Distrito Federal (dois representantes);

Municípios (três representantes);  
Sociedade Civil (três representantes)

Assim estrutura-se este sistema e busca integrar as ações de Governo e da própria comunidade:

**SEDEC** - Secretaria Nacional de Defesa Civil: Subordinada ao Ministério de Integração Nacional. Coordena em todo o território Nacional as ações de Defesa Civil.

**CONDEC** - Conselho Nacional de Defesa Civil: Baixa Normas e Diretrizes.

**CEDEC** - Coordenadoria Estadual de Defesa Civil: Coordena em todo o território Estadual as ações de Defesa Civil.

**CORPDEC** - Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil: Elo entre a CEDEC e as COMDEC.

**COMDEC** - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil: Coordena em todo território municipal as ações de Defesa Civil. É a primeira linha de defesa da comunidade ameaçada por desastre.

Por sua vez, esta política voltada para a redução de desastres, implementada pela Lei Nº 12.608 (10/04/2012), apresenta as diretrizes e objetivas, em seu Art. 3º:

A PNPDEC abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil.

Parágrafo único. A PNPDEC deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.

No Art. 4ª, as diretrizes da PNPDEC são,

I - atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;

II - abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

III - a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;

V - planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território nacional;

VI - **participação da sociedade civil.** (grifo do autor)

No Art. 5º, os objetivos da PNPDEC são.

- I - reduzir os riscos de desastres;
- II - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;
- III - recuperar as áreas afetadas por desastres;
- IV - incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais;
- V - promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil;
- VI - estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização;
- VII - promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência;
- VIII - monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres;
- IX - produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais;
- X - estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural, tendo em vista sua conservação e a proteção da vegetação nativa, dos recursos hídricos e da vida humana;
- XI - combater a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas;
- XII - estimular iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro;
- XIII - desenvolver consciência nacional acerca dos riscos de desastre; XIV - orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção; e
- XV - integrar informações em sistema capaz de subsidiar os órgãos do SINPDEC na previsão e no controle dos efeitos negativos de eventos adversos sobre a população, os bens e serviços e o meio ambiente.

Um importante Decreto é o Nº 7.257 (04/08/2010), que apresenta em seu Art. 2º que considera,

- I - defesa civil: conjunto de ações **preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas** destinadas a **evitar desastres e minimizar seus impactos** para a população e restabelecer a normalidade social;
- II - desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos **humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais**;
- III - situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;
- IV - estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;
- V - ações de socorro: ações imediatas de resposta aos desastres com o objetivo de socorrer a população atingida, incluindo a busca e

salvamento, os primeiros-socorros, o atendimento pré-hospitalar e o atendimento médico e cirúrgico de urgência, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional;

VI - ações de assistência às vítimas: ações imediatas destinadas a garantir **condições de incolumidade e cidadania** aos atingidos, incluindo o fornecimento de água potável, a provisão e meios de preparação de alimentos, o suprimento de material de abrigo, de vestuário, de limpeza e de higiene pessoal, a instalação de lavanderias, banheiros, o apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações, **a atenção integral à saúde, ao manejo de mortos**, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional;

VII - ações de restabelecimento de serviços essenciais: ações de caráter emergencial destinadas ao restabelecimento das condições de segurança e habitabilidade da área atingida pelo desastre, incluindo a desmontagem de edificações e de obras-de-arte com estruturas comprometidas, o suprimento e distribuição de energia elétrica, água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem das águas pluviais, transporte coletivo, trafegabilidade, comunicações, abastecimento de água potável e desobstrução e remoção de escombros, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional;

VIII - ações de reconstrução: ações de caráter definitivo destinadas a restabelecer o cenário destruído pelo desastre, como a reconstrução ou recuperação de unidades habitacionais, infraestrutura pública, sistema de abastecimento de água, açudes, pequenas barragens, estradas vicinais, prédios públicos e comunitários, cursos d'água, contenção de encostas, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; e

IX - ações de prevenção: ações destinadas a **reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais**, incluindo a **capacitação da sociedade em atividades de defesa civil**, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (grifo do autor)

A atuação da defesa civil ocorre através da gestão de riscos de desastres representados pelas seguintes áreas que se inter-relacionam, segundo a Lei 12.608, pela análise de riscos, redução de riscos, manejo de desastres e recuperação.

Segundo a legislação entende-se por,

**ANÁLISE DE RISCOS:** Identificar a natureza, extensão, intensidade e magnitude da ameaça; Determinar a existência e o grau de vulnerabilidade; Identificar as medidas e recursos disponíveis; Construir cenários de riscos prováveis; Determinar níveis aceitáveis de riscos, bem como considerações custo-benefício; Fixar prioridades (recursos x distribuição ao longo de um período determinado); Desenhar sistemas de administração efetivos e apropriados para implementar e controlar processos anteriores.

**REDUÇÃO DE RISCOS:** Prevenção (ações dirigidas a diminuir os riscos); Mitigação (ações dirigidas a reduzir os efeitos gerados pela ocorrência de um evento adverso).

**MANEJO DE DESASTRES:** Preparação (conjunto de medidas e ações destinadas a reduzir ao mínimo a perda de vidas humanas e outros danos); Alerta (estado onde se declara formalmente a iminente ocorrência de um desastre); Resposta (ações desenvolvidas durante

um evento adverso e que tem como objetivo salvar vidas, reduzir o sofrimento humano e diminuir perdas).

**RECUPERAÇÃO:** Reabilitação (período de transição que se inicia durante a fase de resposta, em que se estabelecem, no curto prazo, os serviços básicos indispensáveis); Reconstrução (processo onde se repara a infraestrutura, se restaura o sistema de produção e se volta ao padrão da vida anterior ao desastre).

Esta legislação apresenta as seguintes inovações,

- Necessidade de integração das políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável;
- Elaboração e implantação dos Planos de Proteção e Defesa Civil nos três níveis de governo, estabelecendo metas de curto, médio e longo prazo;
- Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres;
- Profissionalização e a qualificação, em caráter permanente, dos agentes de Proteção e Defesa Civil;
- Cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;
- Inclusão nos currículos do ensino fundamental e médio dos princípios da Proteção e Defesa Civil e a educação ambiental, entre outras

A Lei nº 10.257 (10/07/2001), no Estatuto das Cidades, estabelece diretrizes gerais para a política urbana e que complementa as ações de proteção e defesa civil e tem como objetivos:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

Nesta legislação em seu Capítulo VI, apresenta o ordenamento e o controle do uso do solo, de forma a evitar que,

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- c) **o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;(…)**
- g) a poluição e a degradação ambiental;
- h) a exposição da população a riscos de desastres. (Incluído dada pela Lei nº 12.608, de 2012)

VII – **integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais**, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da **sustentabilidade ambiental, social e econômica** do Município e do território sob sua área de influência;

IX – **justa distribuição dos benefícios e ônus** decorrentes do processo de urbanização;

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de **bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais; (...)**

XII – **proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;**

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais; (...)

XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que **objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais**. (Incluído pela Lei nº 12.836, de 2013)

XVIII - tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento. (Incluído pela Lei nº 13.116, de 2015) (grifo e destaque do autor)

Recentemente a ONU lançou uma campanha global através de um guia para gestores públicos locais e administradores públicos de modo a construir cidades mais seguras.

Este guia, chamado de “como construir cidades mais resilientes - um guia para gestores públicos locais” tem o objetivo de apoiar as políticas públicas, os processos decisórios e a organização para implantação de atividades de redução de riscos de desastres e resiliência.

Neste sentido, a resiliência é definida por este guia como,

capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposto a riscos de resistir, absorver, adaptar-se e recuperar-se dos efeitos de um perigo de maneira tempestiva e eficiente, através, por exemplo, da preservação e restauração de suas estruturas básicas e funções essenciais

Esta publicação apresenta “Dez Passos Essenciais para Construir Cidades Resilientes” e foi construído e fundamentado a partir do conhecimento de especialistas e parceiros da campanha, cidades participantes e governos locais e busca responder à necessidade de melhores acessos a informação, conhecimento, capacidades e ferramentas para efetivamente lidar com os riscos de desastres e os eventos climáticos extremos. São eles:

(...) prefeitos, gestores públicos locais e tomadores de decisão devem freqüentemente lidar com os impactos dos desastres de pequeno e médio porte e menos freqüentemente com os de grande impacto-que decorrem de ameaças naturais ou provocadas pela ação humana. As mudanças climáticas e eventos climáticos extremos tendem a aumentar a exposição das cidades as ameaças e riscos. Menos obvio é o fato de que praticas regulares de desenvolvimento também podem gerar uma mudança ambiental complexa que contribui para a ampliação do risco, se não forem consideradas e postas em prática às ações de resiliência. (Guia, pg.8)

Destaca que os governos locais são os primeiros na linha de resposta a eventos naturais e desastres, e este trabalho visa fortalecer estes governos e comunidades de modo a lidar com circunstancias adversas de modo eficiente, preventivo, buscando permanentemente (Idem)

antecipar, gerenciar e reduzir os riscos de desastres, criando ou atuando nos sistemas de alerta e alarme e estabelecendo estruturas específicas de gerenciamento de crises e desastres, em muitos casos , a revisão das atribuições, responsabilidades e alocação de recursos, necessário para ampliar as capacidades dos governos locais em responder a todos esses desafios.

Assim, compreender que um desastre não é natural implica considerar os elementos do risco (Idem): o risco é uma função da ameaça (um ciclone, um terremoto, a cheia de um rio ou o fogo, por exemplo), da exposição de pessoas e bens a essa ameaça, e das condições de vulnerabilidade das populações e bens expostos.

#### ESQUEMA

AMEAÇA X VULNERABILIDADE X EXPOSIÇÃO	RISCO DE DESASTRE
RESILIENCIA OU CAPÁCIDADE DE ENFRENTAMENTO	

Desta forma, esses fatores (Idem)

Não são estáticos e podem ser aperfeiçoados, a depender das capacidades institucional e individual em enfrentar e/ou agir para redução do risco. Os padrões do desenvolvimento social e ambiental podem ampliar a exposição e vulnerabilidade e então ampliar o risco.

Neste contexto, somente entendendo as condições que se encontra a comunidade local referente à exposição, ameaça e quão vulnerável se encontra aquele território, poderá, a partir da capacidade de enfrentamento daquela comunidade, de aumentar a resiliência aos riscos de desastres.

### **CAPÍTULO III: DIALOGANDO COM OS SUJEITOS: Vivência e Reflexões das Consequências do Desastre Ambiental, em 2011, Morretes, PR.**

#### **3.1 Contextualização**

O desastre de 2011 na cidade de Morretes evidenciou o despreparo das instituições e da sociedade como um todo para a prevenção de desastres. Apesar de ter ocorrido com maior proporção na área rural, em espaços irregulares para ocupação, expôs o risco que esses habitantes estão sujeitos.

Como visto anteriormente, um desastre só acontece quando não existe a prevenção, ou seja, quando ele interrompe a vida e o cotidiano de pessoas e comunidades, trazendo danos e prejuízos materiais e humanos. Do contrário, eventos extremos não passariam de meros eventos naturais.

Expomos bibliograficamente acerca de ações e movimentos globais em favor do clima, sobre instituições e métodos de ação e gestão frente a desastres ambientais.

Assim, para que uma comunidade possa estar preparada para situações de eventos climáticos extremos ela depende da prevenção e, para tal, da organização e participação local junto à defesa civil e demais instituições envolvidas na gestão de desastres.

A resiliência, conforme mencionada anteriormente do guia “cidades resilientes” é algo a ser implementado nas comunidades e que busca valorizar o conhecimento local, principalmente suas capacidades, referente a

percepção de risco que as comunidades tem sobre seu território e contribui significativamente para antecipar, gerenciar e reduzir os riscos de desastres.

Esta aproximação da comunidade com a defesa civil é fundamental para a prevenção de desastres e proteção social.

A Resposta, pertencente ao ciclo de gestão de desastres, visto anteriormente, sem dúvida é o que mais percebemos na atuação dos órgãos responsáveis em desastres; quando prestam socorro, distribuem alimentos e água; mas é um componente apenas de um ciclo interdependente e que necessita urgentemente da participação social, de modo a fortalecer a resiliência, reduzir os efeitos adversos causados por eventos naturais e poder proporcionar a comunidade um ambiente saudável e seguro.

Assim, Jose Filho (2002, p.56) destaca que,

o assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

O SUAS, que preconiza a territorialização, a matricialidade socio-familiar, o fortalecimento de vínculos e a prevenção do agravamento das mazelas sociais deve se aproximar cada vez mais destas demandas socioambientais, de modo a apoiar ações voltadas a redução de riscos de desastres e conseqüentemente garantindo direitos e diminuindo as vulnerabilidades territoriais.

Neste sentido, o Assistente Social

desenvolve atividades na abordagem direta da população que procura as instituições e o trabalho do profissional e por meio da pesquisa, da administração, do planejamento, da supervisão, da consultoria, da gestão de políticas, de programas e de serviços sociais. (Piana, p. 85)

Assim, a profissão da área de Ciências Sociais Aplicadas, o Serviço Social deve buscar fortalecer as ações de proteção e defesa civil no território, direta ou indiretamente, colaborando técnica e cientificamente com as ações de gestão de riscos e desastres, no sentido de preservar a dignidade humana e proteção social, por uma habitação segura e moradia digna, da identidade com o território e das relações familiares.

No trabalho junto às famílias da Zona rural de Morretes, podemos destacar as áreas principais de ação na gestão do desastre:

Ações de socorro;

A assistência às vítimas;

No restabelecimento de serviços essenciais; e

No acompanhamento das ações de reconstrução de unidades habitacionais direcionadas às famílias.

Estas ações poderiam ter mais êxito se já houvesse ações de mitigação e prevenção de riscos junto aos Núcleos de Defesa Civil, principalmente nas comunidades com alto risco de enchentes, inundações e deslizamentos.

Deste modo, este trabalho empenha-se em trazer esta demanda para a profissão, pincelando a situação da realidade ambiental e alertando para a necessidade de atuação da categoria profissional, articulando-se com as instituições locais e comunidade para a prevenção de riscos de desastres.

Sabemos que cada vez mais eventos adversos ocorrerão com mais frequência, segundo última avaliação do IPCC e defesa civil Estadual (anexo). Para nossa região está previsto ondas de calor, ressacas, deslizamentos e precisamos estar preparados para atender estas demandas (link).

### **3.2 Diálogos com os Sujeitos da Pesquisa: caminhos percorridos e alguns diálogos**

Os caminhos percorridos trata-se de apresentar o caminho da pesquisa, a fundamentação teórica e o diálogo com os sujeitos e com os fatos que ocorreram em março de 2011, na cidade de Morretes- PR.

Neste contexto, esta imersão inicia-se demonstrando o percurso do autor como sujeito de uma produção e ao mesmo tempo o processo histórico que permeia a vida do autor e dos sujeitos que vivem num contexto de vulnerabilidade.

Assim, esta pesquisa trata-se de uma pesquisa ação, de modo a 'investigar a própria prática, (...), e seu método como a participação, o papel da

reflexão, a necessidade de administração do conhecimentos e a ética do processo' (TRIPP, David, Pg. 443)

Conforme o Autor David Tripp (2005, p.443) a pesquisa-ação deve ser encarada como

uma das muitas diferentes formas de investigação-ação, a qual é por ele sucintamente definida como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática.

A pesquisa ação trabalha com dados qualitativos, assim, entende como pesquisa qualitativa segundo o Minayo (2001, Pg. 21)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Assim, a trajetória do autor é envolvida com a trajetória de vida dos sujeitos vítimas no desastre ambiental em Morretes, principalmente quando envolve o atendimento às vítimas de desastres ambientais e inúmeras demandas desencadeadas desta experiência em campo.

Neste contexto, a experiência em campo conforme Jorge Larrosa Bondía (2002, Pg. 26)

É experiência aquilo que “nos passa”, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação.

Neste contexto, a experiência em campo fundamentada pelo campo de conhecimento, estabeleceu um processo de aprendizagem e o questionamento da resolutividade da problemática que envolveu os sujeitos vítimas do desastre ambiental.

Assim, buscaram-se compreender algumas categorias que sustenta o conhecimento produzido, com as políticas sociais, políticas ambientais e a resolutividade dos impactos sociais em vítimas no desastre ambiental em Morretes, tais como:

A política nacional de Assistência Social e a garantia de direitos sociais adquiridos;

A política nacional de proteção e defesa civil e estratégias de prevenção e riscos de desastres;

A política nacional de meio Ambiente

O estatuto das cidades

A estratégia das nações Unidas para a redução de riscos de desastres e o guia Cidades Resilientes.

Para aproximar dos sujeitos da pesquisa, buscou-se a técnica da entrevista. Assim, Boni e Quaresma (2005, p. 72) afirmam que

A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.

Neste sentido, buscou-se criar um roteiro para aplicar com os alunos da UFPR, Setor Litoral, que vivenciaram e desenvolveram alguma atividade de forma ativa com as vítimas do desastre ambiental em Morretes.

Assim, o diálogo com estes sujeitos reforça a importância das comunidades conhecerem quão vulnerável se encontram em relação aos riscos de desastres e de que modo buscou-se, com os recursos disponíveis, superar o sofrimento, a dor, a dúvida, entre outros elementos, e buscar, minimamente, garantir direitos sociais constituídos.

Para isso, desenvolveram-se as seguintes questões norteadoras:

- Vivência no desastre ambiental em 2011, no litoral do PR.
- Atuação acadêmica e resultado obtido.
- Contribuição do Curso acadêmico com as pessoas vítimas do desastre ambiental.
- A representatividade da vivência do desastre ambiental na formação acadêmica e pessoal.
- O posicionamento dos gestores públicos quanto as conseqüências do desastre ambiental.
- O posicionamento dos sujeitos da UFPR (direção, docentes, técnicos) quanto as conseqüências do desastre

ambiental. Situação atual das pessoas vítimas do desastre ambiental.

Neste contexto foram entrevistados 4 estudantes (E), sendo o perfil dos mesmos (em ordem numérica):

(E1) Antonio Calheiros, 38 anos, Homem, ex-membro classista do sindicato de trabalhadores de Pontal do Sul, graduado e Serviço Social pela UFPR Litoral (2013);

(E2) Cheila Cristina Roth, 27 anos, Mulher, Graduada em Serviço Social(2013) pela UFPR Litoral;

(E3) Daniele Silva, 34 anos, Mulher, Graduada em Serviço Social pela UFPR Litoral (2014);

(E4) Camila Valentim Schereder, 24 anos, Mulher, Graduanda em Serviço Social pela UFPR Litoral.

Assim, o diálogo inicia apontando a vivencia dos principais estudantes envolvidos no desastre ambiental em 2011, no litoral do PR.

#### Para Antônio Calheiros, sua experiência

Experimentamos o resgate após o desastre, conforme Larossa. A comoção social, política e midiática foi o fio condutor para o resgate, não das vítimas do desastre, mas de nossos fundamentos e processos de trabalho. Resgatei minha pequenez diante de expressões tão violentas da questão social que se colocaram morro abaixo, que expuseram nas encostas destroços, raízes e pertences e também a fragilidade das instituições na proteção da vida e da dignidade. Resgatamos nossa compreensão de coletivo, nosso lastro ético, filosófico e metodológico, caminhando mais devagar, ouvindo mais devagar, suspendendo o juízo e a automação, cultivando a delicadeza.

#### Quanto à atuação acadêmica e resultado obtido, destaca-se que,

Minha atuação acadêmica foi transformada pela experiência do “movimento águas de março”. Os processos propostos pela Prof.Edina nos emergiram nas vidas das vítimas dos desastres, nos emergiram nos processos de legitimação de direitos e nos provocou posicionamentos, indubitavelmente ao lado dos fragilizados e nos percebendo frágeis e repleto de potencias. Humanamente vivenciei a indissociabilidade do ensino, extensão e pesquisa, da realização do FPT Processos de trabalho ao projeto de extensão PDUR e a realização do estágio junto ao departamento de conselho municipal na Secretaria de Ação Social de Morretes.

Referente à contribuição do curso acadêmico com as pessoas vítimas do desastre ambiental, aponta-se que,

Acredito que contribuimos na melhor compreensão acerca do modo de vida e das reivindicações e os processos de legitimação, inclusive a ineficácia do poder público na garantia das condições para uma vida digna e da importância do fortalecimento e manutenção dos vínculos comunitários.

No tocante, a representatividade da vivência do desastre ambiental na formação acadêmica e pessoal, afirma-se que,

O desastre representou o meu resgate para a formação acadêmica. Tanto pelo acolhimento, no sentido humano, produzido entre discentes, docentes e servidores públicos envolvidos no movimento águas de março. Quanto nos processos pedagógicos, reforçando o posicionamento fundamentado ético filosófico e metodologicamente oportunizando o aprendizado nos processos de ensino extensão e pesquisa, inclusive no desenvolvimento do estágio obrigatório.

A respeito do posicionamento dos gestores públicos quanto as conseqüências do desastre ambiental, destaca-se que,

(...) foi revelador da desarticulação entre as instâncias de resolutividade quanto da falta de compreensão das dinâmicas rurais e da implicância de suas peculiaridades no desenvolvimento de políticas públicas para além das áreas urbanas.

Em relação ao posicionamento dos sujeitos da UFPR (direção, docentes, técnicos) quanto as conseqüências do desastre ambiental, pode-se afirmar que,

(...) foi revelador da desarticulação entre as instâncias de resolutividade, apesar de atentos para a melhor compreensão das dinâmicas rurais e do desenvolvimento de políticas públicas para além das áreas urbanas. O movimento contou com o apoio dos serviços de transporte que viabilizou a realização de diversas atividades da universidade no campo e também das comunidades na universidade, porém não percebi sinergia entre as múltiplas atividades da UFPR e/ou sintonia nos argumentos e proposições de seus agentes.

Finalizando quanto a situação atual das pessoas vítimas do desastre ambiental, destaca-se que,

Não possuo proximidade nem rotina para afirmar a atual situação das pessoas atingidas no desastre. Regatando as vivências experimentadas formulo hipóteses que encaminham supor que sua inclusão nas dinâmicas urbanas, através da alocação em conjunto habitacional e referenciamento às unidades públicas municipais (UBS /ESF / CRAS / CREAS / CMEI / Escola etc...) transformou o modo de vida em detrimento da cultura e hábitos rurais e não garantiu o exercício digno de seus direitos.

Para Cheila (E2) a vivencia do desastre representou a

Humildade e sensibilidade, Repensar questões profissionais, questionar concepções sobre a ciência (...) a reflexão da estrutura de uma universidade, rodeada de doutores e (potencialidades) (...) Refletir também que a ciência não é nada perto da capacidade que a terra tem e, (...) uma reflexão bem grande do que é a ciência e para quem ela serve, relembrar, reviver que somos iguais, sendo que a relação com as pessoas e com o mundo é o que me faz melhor e não estar (fechado) em uma universidade.

Em relação ao posicionamento dos gestores públicos envolvidos:

Existe um despreparo incrível, tanto estuda- tanto e nada se sabe, (...) gestores sem formação humana, (...) No caso de Antonina que acompanhei no inicio, percebi que o gestor municipal de defesa civil não sabia o que ser feito, o que planejar; como organizar as ações (que procedimentos serem tomados, executados), Percebi também descontinuidades de trabalho nas mudanças de gestão, desfazendo equipes e demais ações envolvidas (articulações) Muitos buscavam se prevalecer sobre a situação,(...) preocupados com possíveis responsabilizações por possíveis omissões em relação a tomadas de atitudes antes do ocorrido. Muitos posicionamentos pessoalizados e sem preparo.

Quanto ao posicionamento do gestores, professores e técnicos da Universidade, cometa que

A ciência fragmentada faz termos muitos pontos de vista e isso, no Serviço Social é mais nítido, pontos de vista que se complementam,...vi alguns se posicionando contra o modo de gestão, sem compreenderem a urgência, muitas vezes, daquele momento. O posicionamento inicial dos gestores da universidade foi muito importante, mas não deu estrutura para a continuidade; Dualidade em relação à necessidade de tomada de ação. Docentes: Alguns comprometidos socialmente e outros comprometidos com a ciência, sem desmerecê-los, mas hierarquizando a ciência em um nível superior. Técnicos, pessoas incríveis, com a função organizativa (do sistema), treinados para desburocratizar o sistema (...) deram suporte para agilizar processos, apesar da diferença de seus posicionamentos, em relação ao cotidiano complexo das ações e burocracias.

Referente a sua atuação acadêmica relembra que

Quando cheguei no segundo semestre a turma já havia planejado as ações do semestre. Ressalta apontamentos da Prof. Edina, antes do contato inicial com os atingidos, de não prometer nada que não pudesse cumprir, (...) uma aula inteira sobre como falar, agir, olhar, dar atenção as pessoas, de estar junto a estas (...) e que foi fundamental para toda a turma. Logo, conhecemos estas famílias, nos envolvemos, e busquei no artesanato uma proposta de intervenção e acompanhamento do grupo. Neste período, a turma decidiu não dar continuidade pela dificuldade estrutural. Meu estágio obrigatório foi no Cras com a Elisa e em meu projeto de intervenção busquei ações de organização comunitária.

Retrata que o curso contribui com episódio no sentido que

Apesar de ser um curso diverso em seus posicionamentos, (...) mesmo não tendo autoridade ou meios mais eficazes de ação nós estivemos lá e podemos contribuir, de maneira muito limitada, (...) e mesmo só a atenção dada foi determinante no apoio às famílias, pois se teve continuidade nossas ações, permanecendo com eles (por meses) de modo que não nos aproveitamos da situação (como um espetáculo) ficando com estes até que se voltasse à normalidade.

Daniele relembra que

Meu primeiro contato foi através da mídia, pós carnaval, (...) meus familiares não puderam retornar para a Região metropolitana de Curitiba pela interrupção das estradas (...) foi então que no início do semestre em 2011 nos deparamos com o ocorrido. (...) havia no setor o módulo "Intercursos" onde discutiu-se sobre o papel social da Instituição frente as propostas de medidas de respostas frente ao desastre. Surgiu daí, então, a necessidade de estar desenvolvendo ações que diminuísse o sofrimento de dezenas de famílias que estavam vivendo aquele momento.

Quanto à contribuição da experiência em sua formação, afirma que

Minha formação vem para evidenciar e confirmar meus questionamentos sobre direitos, de como as políticas afirmativas proporcionaram as comunidades da periferia. Pelo ensino superior, visto a atual conjuntura política, sendo muito grata a essas políticas, sendo a única d minha família formada no ensino superior gratuito. A formação vem para certificar os meus direitos; (...) antes de eu ser Assistente Social, de estar reivindicando pelo direito do outro eu tenho de estar fortalecida, para que eu possa compreender o direito do outro e poder mostrar quais os caminhos de acesso a garantia de direitos (sociais). Penso que essa formação contribui pra isso, legitimar o acesso aos direitos que nos foi corrompido desde sempre.

Afirma que, quanto ao posicionamento dos gestores públicos locais que

Ficaram desesperados, perdidos, sem resposta para o povo, (...) assumem um cargo e se viam em uma situação dessas, sem saber o que fazer. Era nítido o desespero e viu-se o total abandono e vejo

que se precisa da formação continuada, principalmente para aqueles que assumem um cargo público.

Temos bem claro e nítido que enquanto estávamos ali (junto as famílias) o poder público estava tomando providências,..., o povo estava se empoderando (pressionando), e o Estado não quer isso,...) só quer mandar, oprimir... Isto veio fortalecer a idéia de quem e para quem nós trabalhamos, nos colocando ao lado das comunidades e junto a ela pressionávamos os representantes públicos para que a Ponte “saísse”, que tivessem garantido a moradia...

Quantas vezes tivemos que bater na porta do Promotor de Justiça em favor daquelas que desconheciam seus direitos e penso que o Serviço Social foi muito importante, principalmente referente às famílias atingidas com maior número de membros e que não seria liberado moradia para estes sujeitos. Estas famílias moravam no campo, tipicamente com casas grandes, com muitos moradores... a saber que estavam sendo realocados em casas de 48m²...isso é desumano...assim,essa mediação foi muito importante, da mesma forma os posicionamentos profissionais que tomávamos frente as demandas daquele momento

Tivemos a presença de 1 representante no 1º Foco ( Fórum das comunidades do Litoral), mas passaram a responsabilidade para instâncias maiores, muitas vezes dizendo :”vamos ver o que a União resolve”...sempre “tirando deles da reta”.

Acrescenta ainda a importância de gestores públicos e demais envolvidos no tema de

Acompanhar os movimentos de transição climática, estudos e pesquisas que tem evidenciado a ocorrência de catástrofes cíclicas, (...) temos de estar atentos, prevenindo-se contra estes eventos (extremos) que podem acontecer a qualquer momento, e como fazer esse trabalho? Esse trabalho deve acontecer das instancias maiores para a base, para que, quando acontecer novamente sabermos como agir (...) não adianta cobrar depois do ocorrido, temos que buscar a formação, estudos (...) diminuindo o sofrimento destes sujeitos em maior proporção.

Trata sobre o posicionamento dos gestores, professores e técnicos do Setor Litoral:

Na primeira semana muitos se interessaram e se envolveram, mas, se formos contar quantos deram continuidade, (...) muito poucos. Após a segunda semana muitos voltaram para a sala de aula(...)as maiores participações era na arrecadação e entrega de mantimentos e quando voltou “normalidade”, somente algumas pessoas continuaram comprometidas. Mas é necessária a ação preventiva, P\*\*\*, somos uma referencia federal,..., se não nos preocuparmos com isso como poderemos cobrar? Vamos buscar o conhecimento e capacitar esses sujeitos, pois não podemos cobrar medidas se não somos organizados.

Quanto à situação das famílias atingidas pós-desastre relata que

O vínculo foi estabelecido, sempre fomos bem recebidos, inclusive com café, mandioca (...) agora, em relação a eles..., estão cada vez mais sendo violentados,...hoje não temos transporte nem outras condições de estreitar o trabalho, não encontrei meios pra isso,(...) Esse trabalho de organização comunitária está “meio de lado”,..., as pessoas estão F\*\*\*,passando necessidade, morrendo, sem trabalho, (...) Em 2015 quando promovemos a Conferencia Livre de Direitos Humanos do Litoral, algumas pessoas relataram que alguns estão precisando vender drogas para poder comprar alimento.

Conclui chamando a atenção quanto a prioridade do assunto de redução de riscos de desastres

Temos que desmistificar que no Brasil não acontecem desastres, subestimando a natureza. Sempre aconteceu e vai acontecer eventos extremos. Lembro quando criança, em Almirante Tamandaré, de um vendaval que atingiu 3 cidades próximas, sem contar desastres biológicos que acontecem como material químico sendo despejado em nossas águas(...),transmitindo doenças à nossa população...quando estaremos preparados?Ou nos mobilizamos para tomar atitudes preventivas ou o que será de nossos filhos e netos?

Para Camila Valentim, sua atuação acadêmica se iniciou junto a comunidade rural do Morro Alto (2013)

coordenei oficinas de desenho, alimentação orgânica, libertação animal, musicalização, slack line(...)Essas oficinas foram feitas para incentivar a organização comunitária a pedido do Líder da Comunidade Edson Alves(...)Este processo foi importante na minha formação , pois tive a oportunidade de trabalhar de forma interdisciplinar, já que todas as oficinas contaram com o apoio de alunos de Agroecologia se, Gestão Ambiental , Artes, Ciências... e a partir disso pude também fazer uma síntese do que seria a metodologia de trabalho do grupo águas de março(...)

Para ela o desastre representou

a aproximação com da educação não formal como método de trabalho(...) minha intervenção me proporcionou ser uma profissional contemporânea, ciente da realidade em que eu estava inserida, fazendo meu trabalho a partir das demandas da comunidade e não a partir de estatísticas.

No tocante ao posicionamento dos gestores públicos locais relata:

Percebi que por parte do poder público, a preocupação em relação ao que poderia acontecer com as famílias que ficaram e que saíram praticamente não existiu. No caso da realocação, por exemplo, surgiram muitos outros problemas sociais, e a continuidade das intervenções nas comunidades rurais mostrou que a catástrofe só serviu para evidenciar outros problemas que já existiam.

Quanto a posição dos gestores, professores e técnicos da Universidade

Poucos foram os que deram apoio dentro do curso, (... ) ouvi muitas críticas diretas e indiretas em relação ao trabalho em espaços não formais e educação(...)percebi um grande conservadorismo,que

mostra que o PPP litoral deve ser problematizado, já que firma um compromisso com a comunidade.

Em relação às famílias atingidas pelo desastre percebe que,

A partir da I Conferência Livre Regional de Direitos Humanos - Um olhar caçara, que as comunidades que foram realocadas no centro se tornaram mais cientes de seus direitos, e que é possível a organização comunitária (...). Entretanto, os que ficaram na comunidade, apesar de terem se fortalecido enquanto pessoas de direito, passaram a ter uma interação maior, mas ainda sofrem com o medo dos 'espetaculistas' e do poder de suas ações em relação a prefeitura.

A imersão em uma realidade de dor, de sofrimento, como em casos de desastres ambientais e demais emergências humanitárias (Ver Smaps- Apoio Psicossocial em emergências humanitárias) é um desafio para muitos que se deparam com estes casos, e podemos afirmar que reflete diretamente no posicionamento profissional/pessoal de todo os envolvidos. Além da imensa fragilidade contrastada no âmago dos atingidos, feridos,...,muitos outros entraves e conseqüências sociais decorrem pós desastre ambiental.

Como no desastre do rompimento da Barragem de detritos minerais em Mariana (MG), um ano após este desastre, quantas outras conseqüências e prejuízos sociais e ambientais ainda irão decorrer?

Instituições que deveriam garantir os direitos elementares como a vida, a dignidade humana, a segurança e proteção social, muitas vezes se omitem frente às (i) responsabilidades e (não) tomadas de ações decisivas para amenizar os danos, principalmente no que tange em diminuir o sofrimento humano.

Como percebe-se, é urgente e notório para as comunidades e governos locais se articularem estrategicamente, junto as instituições, órgãos, entidades publicas e privadas, para o desenvolvimento de ações que visem a proteção social frente ao riscos de desastres que as comunidades estão sujeitas.

A categoria profissional deve estar intimamente ligada aos novos arranjos familiares e à se apropriar destas novas demandas que envolvem não somente a categoria, com as contribuições (técnica/científica) do Serviço Social, profissionais direcionados a trabalhar a questão de garantia de direitos através do MDS e também articulado às políticas de Meio Ambiente; ao ministério da Integração Nacional e das Cidades bem como outras instituições, órgãos de governo, órgãos privados, ONGs, posicionando -se a favor da garantia de direitos sociais e civis, bem como a aproximação com demais atores e agentes sociais(associações de bairro, fundações,...)no tema da redução de riscos de desastres.

A academia pode e deve buscar cada vez mais se apropriar da produção de novos conhecimentos referente a esta temática e incentivar iniciativas através do apoio às pesquisas, planos, projetos, (...) como também eventos que venham ao encontro da gestão de riscos de desastres em nossa região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se nesse trabalho a importância de toda a sociedade (principalmente às relacionadas à garantia de direitos humanos e sociais) em se preocupar com prevenção de desastres frente às mudanças do clima e os eventos adversos que, em nível crescente, conforme demonstrado ocorre em nosso país, e que, nos últimos anos deixou muitas vítimas e atingidos.

O desastre ambiental em Morretes foi um marco para a história da região do litoral do Paraná, da mesma forma que o desastre na serra carioca em 2012 (Petrópolis) foi emblemático para o país e não queremos novamente reviver outros desastres, resgatar pessoas e tantos outros procedimentos adotados pós desastre.

Registrou-se a trajetória pessoal e acadêmica do autor, bem como a trajetória acadêmica de outros envolvidos diretamente no evento “águas de março” em 2011, na cidade de Morretes, a fim de evidenciar as condições determinantes e complexas nas ocorrências de desastres e “modus operandi” das instituições diretamente ligadas as mudanças climáticas e eventos adversos em nosso território.

Logo, a lacuna que se busca, em simples palavras e retratos históricos é no sentido de buscar soluções de prevenção (mitigação), de modo estar monitorando e controlando possíveis eventos climáticos extremos, dentro dos bairros e comunidades, por moradores e representantes locais, e estar permanentemente avaliando os riscos que determinado território esta sujeito.

Neste sentido, o assistente social, imerso na realidade local pode mediar relações e colaborar na articulação entre as demandas sociais desta e a articulação com as estruturas de governos e da sociedade civil organizada, no sentido de buscar caminhos que possam contribuir com gestão de riscos de desastres.

Assim, os instrumentais técnico-operativos do serviço social como as visitas domiciliares, pareceres sociais; bem como a mobilização e participação social, prescritos na Política de Assistência, também podem permitir mais acesso e contato com as famílias e sujeitos do território vulnerável de modo a buscar diminuir riscos e danos humanos e materiais resultantes de desastres.

Sabemos que inúmeros outros eventos extremos estarão acontecendo, nos próximos meses e anos, principalmente incidindo nas cidades da região litorânea, especialmente as cidades de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná (ver link do projeto ‘Vulnerabilidade à Mudança do Clima’) e necessitamos estar preparados para estes eventos climáticos. Somente ocorrerá um desastre se, de antemão, não pudermos prever riscos e perdas humanas, materiais, culturais e tantas outras seqüelas que um desastre possa retratar.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

\_\_\_\_\_. Plano Brasil sem Miséria. *Dados e estatísticas*. Disponível em: <http://www.brasilsemiseria.gov.br/dados-e-estatisticas>>. Acesso em: Acesso em: 20 de maio 2012.

\_\_\_\_\_. BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas sobre o PAIF: serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF, segundo a Vulnerabilidade Social, abordagem territorial e proteção na política de Assistência Social* *SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 16, N.1, P. 143-166, JUL./DEZ. 2013* 165

\_\_\_\_\_. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. p. 171-203.

\_\_\_\_\_. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. p. 171-203.

\_\_\_\_\_. BRASIL. *Política nacional de assistência social PNAS/2004: norma operacional básica – NOB/SUAS*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2005.

\_\_\_\_\_. BRASIL. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012.

David Tripp, *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*, Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005

Jorge Larrosa Bondía, *Notas sobre a experiência e o saber de Experiência*, Revista Brasileira de Educação, Jan/Fev/Mar/Abr, Nº 19, 2002 (*Tradução de João Wanderley Geraldi Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Lingüística*)  
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Novaes, W. **Meio Ambiente no SEc. 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento/ coordenação Andre Trigueiro- rio de janeiro: sextante, 2003.**

SILVA, T. G. M. *A vigilância social na política de assistência social: análise dos aspectos conceituais e operacionais no âmbito municipal*. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Vânia Baptista Nery, *O Trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social - Saberes e Direitos em Questão*. 2009.

### **REVISTAS ELETRONICAS**

Cristina Adams, *As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar*, **Revista de antropologia**, V. 43, nº 1. São Paulo, USP, 2000.

Lúbia Badaró. *Múltiplas expressões da questão social ecoam sobre a Infância e Juventudes / Multiple expressions of social issues affect the Children and Youth*. SER Social, Brasília, v. 15, n. 32, p. 167-183, jan./jun. 2013.

PIANA, MC. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 233, 2009.

Priscila Semzezem, Jolinda de Moraes Alves: *Vulnerabilidade Social, abordagem territorial e proteção na política de Assistência Social*, Revista de Serviço Social, Londrina, v. 16, n.1, p. 143-166, Jul./Dez. 2013.

Szymanski, apud V. C., Oliveira D.C, Meira. T.A. *novos arranjos familiares: uma breve análise*, EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, Nº 177, Febrero de 2013.

Valdete Boni, Sílvia Jurema Quaresma. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2 nº 1 (3), p. 68-80. janeiro-julho/2005.

Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNISDR), "Terminologia sobre a Redução de Risco de Desastres do UNISDR – 2009", Genebra, maio de 2009 <http://www.unisdr.org/we/inform/terminology>).

Arlei Rosa dos Santos, Tais Pereira de Freitas. *O Serviço Social na prevenção ao uso de drogas: desafios interdisciplinares para o trabalho profissional*. VIII Seminário de Saúde do Trabalhador (em continuidade ao VII Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca) e VI Seminário "O Trabalho em Debate". UNESP/USP/STICF/CNTI/UFSC, 25 a 27 de setembro de 2012 – UNESP- Franca/SP.

### Links

<http://exame.abril.com.br/mundo/brasil-e-60-pais-afetado-por-eventos-climaticos-extremos/>)

[http://www.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2014/09/o-que-e-meio-ambiente\)](http://www.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2014/09/o-que-e-meio-ambiente)  
<http://istoe.com.br/paises-de-baixa-e-media-renda-concentram-90-das-mortes-por-desastres-naturais/>  
<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/aprenderparaprevenir-conheca-a-nova-campanha-sobre-prevencao-de-riscos-e-desastres-da-educacao>  
<https://correiodolitoral.com/15453/mudancas-climaticas-serao-diferenciadas-no-litoral-do-parana>

## **APÊNDICE I: TERMO LIVRE E ESCLARECIDO.**

### **UFPR LITORAL: COMPROMISSO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

#### **CARACTERIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO**

Este Plano de Ações da UFPR Litoral no município de Morretes é resultante de um processo coletivo de reflexão e construção. UFPR se construiu no estado do Paraná há quase um século. Apesar de sua proximidade geográfica com a região litorânea, seus impactos mais diretos no cotidiano do desenvolvimento da vida das Comunidades demandavam visível adensamento, exemplo disto são IDHs mais baixos do Estado.

Com o objetivo <sup>4</sup>de trabalhar para promoção da educação pública integrada, visando o desenvolvimento sustentável de toda a região litorânea do Paraná, em 2005 se instala na cidade de Matinhos a UFPR Litoral. Tem sua proposta pedagógica baseada em projetos e desenvolvida junto às comunidades locais, buscando contribuir decisivamente para o desenvolvimento científico, econômico, ecológico e cultural para a construção de um novo ciclo de desenvolvimento regional.

São diversas as formas de expressão desta inserção. Há Projetos de Extensão<sup>5</sup>, Projetos de Ação Docente<sup>6</sup>, Projetos de Aprendizagens<sup>7</sup>, estágios, entre outras ações. Também merece destaque a ação dos Professores Articuladores<sup>8</sup>, cuja ação implica em aproximar a relação universidade-municípios, com sensibilidade às demandas ativas, com as quais o papel social da Educação Superior deve se comprometer sistematicamente.

Em Morretes – PR – o papel do Professor Articulador já foi desempenhado pelas professoras Claudia... Jussara Araújo e, desde abril deste ano pela Prof<sup>a</sup> Édina Vergara. Central de estágios... eixo sistemático do trabalho e ICH's em Morretes...

Parceiros diretos em 2011/1: Articuladoras Prof<sup>as</sup> Jussara Araújo e Édina Vergara, A.S. Miriam Lopes (especialização) Turma Serviço Social 2009, Acadêmicos Claudia/ (TOC), Voluntário Jessé Castro Ramos

#### **•Leitura demandas/Intervenções**

- Articulação no Município e Litoral
- Projetos de Aprendizagem
- Projetos de Extensão
- Estágios extra e curriculares
- Cursos ofertados

#### **•Potências da UFPR Litoral**

- Assistência
- Saúde

<sup>4</sup>Definições de PPP Projeto de Extensão, Projeto de Ação Docente, Projeto de Aprendizagem e Professor Articulador.

•Meio Ambiente  
Habitação

## **PROJETOS DE EXTENSÃO EM VIGÊNCIA EM 2011/1:**

Prof. Jussara, Prof. Mayra e demais alunos.

Desenvolvimento regional através do artesanato e a importância da identidade territorial nos produtos (Goiânia) Representação espacial: uma perspectiva dos artesãos em Antonina.

### **PROJETOS EM POTENCIALIMPLEMENTAÇÃO (Instalação UFPR Litoral)**

Locais possíveis em Morretes (Fábrica de papel, fazenda Wilson, viveiro municipal, estação das artes, escolas, entre outros)

#### **1 FORMAÇÃO PARA A GERAÇÃO SUSTENTÁVEL DE TRABALHO E RENDA (Projeto Cheila/ Bioásis)**

1.1 Artesanato (Jessé) Placas entalhadas artesanalmente nominando locais públicos e históricos/ formação de instrutores/ Ñandeva

-1.2 Construções de tijolos ecológicos. (Habitação - Mário)

1.3 Tratamento e aproveitamento de resíduos sólidos / Lixo orgânico domiciliar

(Lúcia)

-1.4 Jardinagem (Projeto Kátia)/

-1.5 Viveiro municipal (Gilson e Francisco) Sementes de árvores e plantas ornamentais nativas - Meliponário e replantio de matas ciliares (Zé ) -

- 1.7 Hortas escolares + (Francisco / ver projeto completo com Jussara)

#### **2 CULTURA E LAZER**

2.1 Livro e acervo Sr Eric e seus 50 anos de pesquisa sobre Morretes/PR/ Instituto histórico e geográfico Morretense ( Bibliotecário/ Lingu. e Comunicação- Nayre)/ livros da Profª Neci, Israel, Motorista Edson

2.2 Teatro (responsável Acadêmica: Naila)

Objetivos Gerais:

- Promover a expressão corporal como possibilidade da expressão e resgate das diferentes culturas locais
- Implementar atividades cênicas para a convivência da comunidade escolar com a comunidade local, valorizando o espaço coletivo.

#### **2.3 PELC (Ivone)**

## **3 EDUCAÇÃO**

### **3.1 Atividades de formação intra-escolas (Jussara / Proj. de extensão/ capoeira/hortas/... Escolas Barro Branco – América de Cima e Rocha Pombo.)**

### **3.2 Formação continuada de educadores/ CINFOP**

#### **Objetivos gerais**

- Refletir sistematicamente sobre as funções contemporâneas da educação frente aos seus compromissos sociais, contribuindo para a formação pessoal e profissional dos participantes;
- Promover alternativas para a efetiva participação dos sujeitos da educação, motivando a criatividade e o repensar das práticas, resgatando o pertencimento, os valores e culturas locais, destacando a riqueza iconográfica acumulada.
- Dinamizar a relação escola-famílias-comunidades frente à promoção dos direitos sociais a partir das demandas e proposições locais, captando e gerindo recursos.
- Oferecer cursos diferenciados, permitindo a escolha formativa dos profissionais da educação segundo suas demandas, certificando-os, afim de balizar a progressão de cargos e salários das carreiras no município.

### **3.2 Formação de jovens e adultos para a inclusão no Ensino Superior ( via ENEN - Projeto da Juliana)**

### **3.3 Diagnóstico geral de demandas rurais e urbanas (através da ficha de matrícula e**

### **Proj. ext SS)**

### **3.3 Educação ambiental**

## **4 ASSISTÊNCIA**

4.1 Implantação CAPSI (apoio Graciela) e apoio na implementação CRAS e CREAS

4.2 Atividades de organização com carrinheiros/catadores + costureiras da Igreja do Sagrado coração..fazer sacolas de lixo e supermercado com fotos de Morretes.. incluir na passagem ferroviária....

4.3 Política interina de alimentação pessoas abrigos

4.4 Proj de extensão ProfªAdriana e Daniela (levantamento dos equipamentos e projetos

sociais)

4.5 Interação com os conselhos e conferências municipais das diferentes políticas públicas

## **5 SAÚDE**

Ônibus Odonto Fisioterapia Saúde coletiva, Hospital Paranaguá (SS estágios rede para encaminhamentos) H.C. (SS idem)

## **6 OUTROS DIREITOS**

Prática jurídica (idem)

**PARCEIROS UFPR**

**PROFESSORES E TÉCNICOS**

Prof Valdo Cavallet (Diretor)

Profª Vera Israel (Vice- Diretora e professora fisio na APAE + ...)  
 Profª Jussara Araujo (articuladora de 20?? – 2011 + ver todas extensões)  
 Prof. Renato Bochicchio (coordenador do FOCO)  
 Prof. Édina Vergara (articuladora abril 2011 e supervisora de estágios em SS )  
 Proj de extensão Profª Adriana e Daniela + ????  
 Profª Neusa Moro + 8 acadêmicos (odontologia)  
 Profª Helena Kashiwagi (habitação pós catástrofes)  
 Profª Graciela Presas ( saúde mental – oficina de criatividade)  
 Profª Lenir Maristela (ICH Feito à Mão)  
 Prof Afonso E Profª Mayra (proj. ext) Profª Quéli (S.Social)  
 Eros (enfermeiro) A.S Daniela  
 A.S. Bruna Marouvo e evonise (recém formadas)  
 Professores PELC – Programa de Esportes e Lazer na Comunidade – Ministério Esporte e Lazer , UFPR Litoral e Acad. Ivone (SS T. 2009)  
 – Escola Desauda e Rocha Pombo

## CENTRAN

Bibliotecário

## ACADÊMICOS

Mário Nicolodi (Gestão e Empreendedorismo- Construção casa tijolos e telhas ecológicas) Naila (Artes – teatro Escola Desauda – 4ªf 14h)  
 Jessé Ramos (Artes – Oficina de Entalhe em madeira – Estação das Artes – 5ªf 14h30m) Claudinha (TOC)  
 Rafael (Agro), Zé Colméia (Meliponário) e Gilson (Agro) (Viveiro municipal)  
 Estagiários curriculares de SS (8) na Secretaria de Ação Social Cç e Adl - prefeitura de Morretes (Turma. 2009)  
 Turma. SS 2009  
 T.O.C. (tec. em orientação Comunitária) e S.S 2011 (Reconhecimento do Litoral – Profs Renato e Ângela Katuta)

## PARCEIROS MUNICIPAIS e EXTERNOS

Prefeito, secretários/diretores e técnicos municipais (os quatro assistentes sociais, professores, médicos, ACS, etc)  
 Comunidade civil- urbana e rural (em especial as pessoas vitimizadas pelas enchentes - ainda residentes nos abrigos)  
 Profªs Mercedes (Sambaqui) e Viviam (Morro Alto) e Selma - Escola Estadual de Magistério Rocha Pombo - Morretes  
 Profª Elza (Morretes) Associação de Artesãos  
 Artesãos de móveis de cipó e madeira – Luciano e Cristiane Escola Técnica de Agro – Antonina

**QUESTIONARIO AOS ESTUDANTES ENVOLVIDOS NO ATENDIMENTO A VITIMAS DO DESASTRE AMBIENTAL DE 2011 EM MORRETES-PR.**

DISCORRA SOBRE O QUE VIVEU COM O DESASTRE AMBIENTAL EM 2011 NO LITORAL DO PARANÁ.

RELATE SUA ATUAÇÃO ACADEMICA E O RESULTADO OBTIDO.

COMO O SEU CURSO CONTRIBUI COM AS PESSOAS QUE SOFRERAM O DESASTRE?

NA SUA FORMAÇÃO ACADEMICA E PESSOAL, O QUE REPRESENTOU O DESASTRE?

COMO VOCE PERCEBEU O POSICIONAMENTO DOS GESTORES PUBLICOS?

COMO VOCE PERCEBEU O POSICIONAMENTO DOS GESTORES, PROFESSORES E TECNICOS DA UNIVERSIDADE?

COMO VOCE PERCEBE HOJE AS PESSOAS VITIMAS DO DESASTRE?